

dossier II
2023



DEZ ANOS ANTES DE JUNHO DE 2023

não foi
só pelos
R\$20
centavos



Gabriel Tupinambá
Paulo Arantes
Carla Rodrigues
Ludmila Costhek Abilio
Três militantes na neblina
Juliano Fiori



dossier II / 2023

Dez anos antes de junho de 2023

Rio de Janeiro, Brasil.

Diretor

Juliano Fiori

Chefe de Estratégia Social

Gabriel Tupinambá

Chefe Editorial

Benjamin Fogel

Contribuidoras

Gabriel Tupinambá

Paulo Arantes

Carla Rodrigues

Ludmila Costhek Abilio

Três militantes na neblina

Direção de Arte e Design

Beliz Boni

Contato editorial:

benjamin.fogel@alameda.institute



O Alameda é um instituto internacional de pesquisa coletiva fundamentado nas lutas sociais contemporâneas.

<https://alameda.institute>

dossier

DEZ ANOS ANTES DE JUNHO DE 2023

SUMÁRIO

7 /

introdução

Dez anos antes de Junho de 2023

Por Gabriel Tupinambá

10 /

Fragmentsos de 2013

Por Três militantes na neblina

18 /

O ovo do ornitorrinco

Por Ludmila Costhek Abilio

26 /

**Para escovar a história a contrapelo:
junho, uma montagem**

Por Carla Rodrigues

38 /

Post-scriptum sobre o décimo aniversário

Por Paulo Arantes

48 /

Por uma alameda para além da catástrofe

Por Juliano Fiori

** Gabriel Tupinambá é um filósofo e psicanalista praticante, do Rio de Janeiro. Ele também é membro do coletivo de pesquisa autônomo Subset of Theoretical Practice. Seus principais interesses intelectuais e políticos hoje giram em torno do desenvolvimento de novas ferramentas para a organização política e para navegar pelas complexidades da luta política em nosso mundo fragmentado. Ele é o diretor de Estratégia Social do Alameda.*

DEZ ANOS ANTES DE JUNHO DE 2023

Por Gabriel Tupinambá

O mês de junho foi marcado por uma enorme produção de análises discutindo a extensão e o sentido de Junho de 2013 e do ciclo nacional de protestos que agora completa 10 anos.

A pluralidade de abordagens representada nos livros, debates e artigos lançados nos convida não só a revisar alguns dos lugares comuns que se sedimentaram ao longo da última década, mas também a recuperar uma distinção que pode nos ajudar a navegar todo esse novo material. Afinal, há uma diferença entre escrever a respeito de um processo político e escrever como parte desse processo, isto é, escrever politicamente – e isso não tem nada a ver com se dizemos algo positivo ou negativo, se nos aliamos a essa ou aquela organização ou movimento, ou mesmo se enalteçemos sucessos ou apontamos fracassos.

A distinção depende, na verdade, do destino que damos às contradições, aos desafios e aos limites turvos de um momento histórico.

Quando escrevemos “sobre” um momento político, em geral nossa tarefa é dar conta de suas características a partir das demandas de nossos leitores – demandas por mais informação, por certos princípios e valores. Nosso trabalho é o de representar um momento histórico para alguém que está do outro lado de uma divisa temporal e não tem, portanto, acesso direto ao seu significado.

Quando escrevemos politicamente, no entanto, todos esses elementos mudam de lugar: trata-se não mais de demarcar uma distância entre o passado e o presente, mas de encontrar dentre as características daquela sequência política os sinais de sua continuidade com o nosso próprio momento.

Isso implica, muitas vezes, uma inversão paradoxal: ao invés de utilizarmos as exigências do leitor bem pensante para julgar o que seria uma avaliação adequada do passado, são as questões que o passado deixou em aberto que servem para produzirmos uma nova avaliação de nós mesmos, uma nova representação possível de nossos leitores – que são portanto convocados a continuar pensando aquilo que nos liga ao que veio antes. Seja há 10, 100 ou 500 anos.

Permitir que um processo político jogue luz sobre o presente não significa, como adiantamos, necessariamente afirmar que os mesmos métodos, atores ou os mesmos objetivos políticos permanecem relevantes antes e agora. Ao contrário, muitas vezes é uma operação que nos demanda abandonar ilusões ou confrontar a real extensão de nossos fracassos.

Trata-se, antes de tudo, de propor uma aliança entre o que permanece impensado em um evento coletivo e a nossa capacidade coletiva de continuar a pensar. É esse o espírito que anima o instituto Alameda tanto em seu projeto de criação de um arquivo nacional de registros audiovisuais de Junho – buscando promover o reencontro de pesquisadores e organizações políticas com a dimensão ainda invisível das Jornadas – quanto ao comissionar quatro novas contribuições sobre o décimo aniversário dessa sequência política.

O filósofo Paulo Arantes, em seu *Post-Scriptum sobre o décimo aniversário*, defende que é o confronto ainda incompreendido com “um novo tempo brasileiro” que nos une a Junho: “dez anos de uma conjuntura demoníaca pedindo identificação”.

Por sua vez, em *Para escovar a história a contrapelo: junho, uma montagem*, Carla Rodrigues recupera por dentro dos próprios impasses do movimento feminista o fio de uma continuidade que liga as contradições daquele momento e do nosso. Para a filósofa, Junho é “um filme em movimento, ainda em processo de montagem, cujas cenas finais não aconteceram na rampa do Palácio do Planalto nem em 1 de janeiro nem em 8 de janeiro de 2023”.

Ludmila Abílio, em seu *O ovo do ornitorrinco*, retoma lições cruciais do sociólogo Francisco de Oliveira em um esforço de distinguir as transformações profundas no mundo do trabalho que preparavam o terreno para Junho da capacidade de resposta – tragicamente assimétrica – que a esquerda e a direita apresentaram quando confrontadas com esses novos desafios. Afirma, assim, que “o ovo da serpente que começava a ganhar corpo em 2013 é outro, não o do ornitorrinco que saiu às ruas” – e se o Bolsonarismo nasceu do primeiro, e permanece conosco, cabe a nós entender as características desse segundo animal com o qual também temos que lidar hoje.

Finalmente, em *Fragmentos de 2013*, o coletivo Grupo de Militantes na Neblina pulveriza a busca pelos traços que nos conectam a Junho, oferecendo diversas vinhetas em que questões em aberto, decisões reavaliadas, momentos sutis e continuidades inesperadas demonstram a capilaridade temporal e espacial das Jornadas de Junho. Escrevem: “Uma janela estava aberta ali. Como saltar por ela?”



** Três militantes na neblina fazem parte de um grupo de investigação militante e se definem como exploradores do entorno, desconfiando dos mapas já traçados. Em busca ir além das respostas prontas, eles navegam sem horizonte à vista, reconhecendo a ilusão, mas sem abrir mão dela. Ao se depararem com tretas explosivas e fugazes, interrompendo fluxos e quebrando contornos bem definidos, o grupo desafia as formas que enquadraram o conflito social no passado. Inspirados pela multidão que tomou as ruas brasileiras em 2013, eles sondam a revolta que irrompe do cotidiano massacrante de trabalho nas cidades, trazendo a investigação para o centro da preocupação política. Seus textos estão disponíveis no site www.neblina.xyz*

FRAGMENTOS DE JUNHO

Por Três militantes na neblina

O convite para escrever sobre junho de 2013 dez anos depois nos coloca diferentes questões.

Como escrever algo que não seja a repetição de platitudes à esquerda e à direita sobre aquele momento? Teríamos algo novo a dizer?

Decidimos então rememorar alguns acontecimentos do período, colocar questões que nos apareceram no momento e outras que formulamos posteriormente.

*

Um pequeno assentamento em Americana (SP) começou o ano ameaçado de despejo. O estranhamento era geral: como um assentamento poderia ser despejado? A ameaça já vinha do ano anterior, quando a antiga proprietária conseguiu uma decisão para reaver a propriedade. Apesar das promessas, o INCRA hesitava em tomar medidas efetivas para garantir a permanência do assentamento. Quando caem por terra, uma a uma, as propostas apresentadas nas assembleias pelos dirigentes do Movimento dos Sem Terra, os assentados procuram algumas lideranças locais que haviam deixado o movimento com críticas dois anos antes. A partir daí, as ações se intensificam. Eles fecham estradas, protestam no escritório da presidência em São Paulo, pressionam o próprio MST. Nas palavras de um dos assentados, “nós temos uma tarefa: fazer o impossível”.

De fato, tratava-se de fazer o que ninguém era capaz de vislumbrar: achar um caminho no meio daquela política de consenso para devolver a ação aos trabalhadores, sem esperar mais o resultado das infundáveis mesas de negociação.

15 de janeiro. Os assentados ocupam a sede do INCRA em São Paulo. Todos sentiam que não era mais possível recuar, mas, além disso, que era preciso continuar avançando. O que fazer? Não havia resposta pronta. O que não fazer, por outro, estava claro: não apostar mais nas negociações de cúpula, não abrir mão da radicalidade em nome de um suposto pragmatismo conciliador.

23 de janeiro. Assentados e apoiadores, de pequenos coletivos autônomos da cidade, ocupam o Instituto Lula. Em 2013, o ex-presidente era — de longe — a figura mais popular do país, depois de deixar a presidência com aprovação recorde.

Por meio do Instituto, ele realizava palestras ao redor do mundo inteiro, a convite das mais diferentes empresas e organizações, abordando os desafios do combate à pobreza para plateias seletas. Ocupar aquele espaço significava pressionar o núcleo decisório do Partido dos Trabalhadores a agir em defesa do assentamento, era colocar a luta acima de acordos políticos de preservação da imagem do governo. Significava fazer o impossível para vencer.

Para aqueles de nós que buscavam uma alternativa ao consenso colocado, por uma luta que passasse por fora das estruturas de cooptação, as lições pareceram claras. Era possível ousar, era possível recusar o consenso, era necessário não recuar.

*

Naquele janeiro, o Movimento Passe Livre de São Paulo tinha se renovado bastante. Havia muitos militantes novos, animados. A expectativa de ter um aumento de passagem rondava a cidade quando a imprensa anunciou que o reajuste ocorreria apenas em junho, atendendo a um pedido expresso da presidenta. O que fazer?

A primeira tarefa se impôs. O aumento foi adiado apenas na capital paulista; muitas cidades da região metropolitana reajustaram as passagens. Toda aquela nova geração de militantes foi ajudar a organizar atos em Cotia, Mauá, Osasco, Carapicuíba, Barueri, Caieiras, Francisco Morato, Franco da Rocha e Taboão da Serra, cidade em que o aumento foi efetivamente revertido.

A experiência concreta da luta de rua nessas cidades médias contribuía não apenas para fortalecer a referência do MPL para uma parte da juventude urbana, como para formar, na prática, uma série de militantes, que aprenderia ali a organizar atos, a lidar com a repressão, a utilizar as vias urbanas como arma contra os gestores.

A segunda tarefa, nós inventamos. Planejar a luta contra o aumento: estudar todas as experiências de cidades que barraram o aumento ao longo da década anterior; mapear todos os grupos que poderiam participar da luta conosco; levantar todas as ações possíveis de se fazer na cidade.

As conclusões a que chegamos passavam por promover, em no máximo duas semanas, manifestações radicais focadas na redução da passagem que saíssem do controle de nós mesmos. Decidimos anunciar desde o começo que não tínhamos controle sobre o que acontecia, trabalhar com o fantasma da cidade insurrecta para construir de fato a insurreição na cidade. Isso incluía ações concretas e uma construção discursiva: o primeiro dia de aumento amanheceu com pneus em chamas no “fundão” da Estrada M’Boi Mirim, no extremo sul da cidade; pouco depois, a manifestação deu as costas para prefeitura e voltou a queimar pneus – mas dessa vez pensando na foto de capa dos jornais do dia seguinte. Tudo cuidadosamente planejado – mas só até a revogação do aumento.

Imaginávamos que, se a mobilização saísse do nosso controle em São Paulo, lutas explodiriam por todo o país. Mas entre pensar nisso e ver milhares de pessoas nas ruas de Ouro

Preto do Oeste, ou a Câmara de São João Del Rey ocupada por dias, existe um abismo. Começávamos a nos perguntar: “e se a gente ganhar?”. Muitos de nós respondiam, de pronto, que era a população nas ruas que decidiria como as coisas seguiriam. Mas como construir tais espaços de decisão? Seria melhor abraçar a difusão de pautas ou focar na questão do transporte coletivo? Para onde avançar? Como se organizar para tal? Perguntas que não soubemos responder.

*

Conta-se que, no dia 6 de junho, Fernando Haddad havia preparado uma comissão para receber um grupo de lideranças quando os manifestantes chegassem à frente da Prefeitura. A história é mal explicada, não só porque tal reunião não aconteceu, como porque o convite sequer chegou ao MPL naquele dia. Mas, segundo algumas versões, representantes do prefeito teriam inclusive descido até a concentração no Theatro Municipal para tentar algum contato prévio, em vão...

Em todo caso, é curioso imaginar a surpresa da equipe de Haddad quando o ato passou reto pela frente do prédio da Prefeitura e seguiu um caminho tortuoso, virando na Líbero Badaró e descendo em seguida pelo calçadão até o Vale do Anhangabaú. As janelas do Edifício Matarazzo certamente proporcionaram uma vista privilegiada para as chamas da barricada que fechou a saída do túnel e a multidão que tomou o Corredor Norte-Sul, concretizando a ameaça estampada no bandeirão lançado do alto do Viaduto do Chá: “se a tarifa não baixar, a cidade vai parar”.

Talvez fosse isso que o prefeito tivesse em mente quando afirmou à imprensa, dois dias depois, que havia procurado o MPL, mas o movimento teria recusado o diálogo. Em suas notas públicas seguintes, o movimento se esforçaria em desmentir o prefeito e dizer que estava aberto ao diálogo. Na manhã do dia 11 de junho, o grupo chegaria a protocolar um pedido de reunião com o prefeito.

Quarta-feira, 12 de junho. O Ministério Público convoca uma reunião de intermediação entre o movimento e o poder público. O MPL vai. Haddad e Alckmin estão em Paris e não enviam nenhum representante político, apenas quadros técnicos da pasta de transportes, sem poder para tomar decisões. A reunião termina com uma proposta de acordo: se o governo suspendesse o aumento por 45 dias, o movimento também suspenderia os protestos. No cálculo político dos militantes ali presentes, a redução provisória da tarifa já seria uma vitória e, dali a um mês e meio, o governo estaria em uma correlação adversa para tentar reeditar o aumento. Um sindicalista ainda completou: se o governo suspendesse o aumento, era só transferir a concentração do dia seguinte para o Ibirapuera e transformar o ato em um beijaço de comemoração.

Mas será que o MPL estava certo nesse cálculo? E se Haddad ou Alckmin, de volta da França, acatassem a proposta? Aquele acordo não poderia ter enterrado a mobilização?

Os militantes também pressentiam esse

risco, tanto é que saíram correndo do auditório depois da reunião, para evitar qualquer foto que pudesse ser interpretada como sinal de conciliação. Contudo, o fato é que o governo ignorou o Ministério Público e a proposta foi esquecida.

*

Parece detalhe, mas muda tudo: em junho de 2013 quase ninguém usava WhatsApp por aqui. Aliás, pouca gente tinha smartphone. Os militantes, em geral, preferiam os celulares mais velhos por hábito de segurança – basta lembrar do procedimento de tirar a bateria em reuniões, impossível nos aparelhos atuais. A maior parte da comunicação durante os protestos era feita por mensagens SMS ou ligações.

*

Dois diretores do sindicato dos metroviários conversavam em um piquete em apoio à mobilização dos ferroviários. Um deles defendia que era necessário apoiar a luta contra o aumento, o outro falava que o vandalismo afastava a categoria. O segundo pergunta: “você acha que esses meninos aqui da CPTM apoiam esse tipo de coisa?”. Eles chamam os “meninos” e perguntam:

“O que vocês acham desses protestos?” e eles respondem sem hesitar “Tem que quebrar tudo!”.

*

17 de junho. Com a repercussão alcançada

pelos imagens de repressão policial na quinta-feira anterior, uma multidão se esparrama pelo entorno do Largo da Batata naquela segunda. Cartazes, gritos, rostos, roupas são ainda mais diversos que nos protestos anteriores. Um bloco encabeçado por membros de torcidas organizadas – que haviam se reunido num encontro histórico, junto com integrantes do MPL-SP naquele mesmo dia pela manhã –, segue pela Marginal Pinheiros, com alguns milhares de pessoas, enquanto a maior parte dos manifestantes segue pela Faria Lima e pela Berrini até que trajetos se cruzem na Ponte Estaiada. Uma terceira frente não planejada se forma rumo à Avenida Paulista, que também seria completamente tomada. Cenas em que um grupo de manifestantes protege vidraças de pequenos bandos mascarados se repetem. Ao restabelecer os limites da ordem dentro da revolta, o mantra “sem violência!” anunciava outras violências por virem.

Pouco antes de alcançar a Estaiada, um militante recebe uma ligação. Um camarada atrasado avisava que tinha acabado de chegar à concentração do ato e procurava os demais, sem perceber que as faixas de frente estavam a alguns quilômetros de distância e uma multidão – talvez até hoje subestimada em seu volume – ocupava o atual eixo das finanças de São Paulo de uma ponta a outra.

Mais ou menos àquela altura, um menino que devia ter uns 15 anos avistava o bloco da Marginal de longe, junto com um grupo de amigos no Real Parque. Para alguns deles, aquela multidão “diferente” parecia uma boa oportunidade para roubar carteiras e celulares.

Depois de descer e se juntar ao protesto, a

turma vê os manifestantes impedirem outros de furtarem e desiste de tentar algo do tipo, mas acompanha o bloco por um tempo na marginal. Pouco mais de dois anos mais tarde, aquele menino que se juntou ato por acaso, mas observou as faixas e cartazes com atenção e voltou para casa inquieto, participaria intensamente da ocupação de uma escola estadual em Paraisópolis.

*

Terça-feira, 18 de junho. Um militante subia a Consolação – tentando em vão chegar à frente de um ato que já não tinha frente, e se dividia em inúmeros blocos que percorriam o centro e a Paulista – quando atende a ligação de uma jornalista: “você pode passar o telefone de alguém do MPL que esteja na Raposo Tavares?” Sem saber de nada planejado para acontecer naquela região da cidade, ele demorou um pouco para processar a pergunta. Mais tarde descobriríamos, pelo relato de membros de um movimento de moradia que tinha ocupações na região de Cotia, que uma manifestação de cerca de 500 moradores havia bloqueado a rodovia.

Na mesma noite, outro camarada recebe um SMS: “estou na Ponte do Socorro, e você?”. Tempos depois, ao contar que participara dos atos, um colega de trabalho contaria a um militante que era “daquele pessoal que botou fogo nos pneus, travando o Rodoanel”.

Naquela terça, o que anunciávamos desde

o começo dos protestos se tornara verdade: na Zona Sul de São Paulo, manifestações se sucediam por mais de 24 horas seguidas; ao menos 80 ônibus foram depredados; lojas foram saqueadas no centro e nas periferias; inúmeras avenidas e rodovias foram fechadas. Ao menos momentaneamente, os trabalhadores tomavam a cidade de assalto.

Dez anos depois, o que sabemos sobre os protestos anônimos que eclodiram nas periferias das grandes cidades brasileiras naqueles dias?

*

Um dos militantes do MPL que ficara encarregado de dar entrevistas recebia os primos de outra cidade. Resolve levá-los a uma famosa pizzaria paulista na Vila Buarque.

Era uma noite de julho e o salão estava particularmente cheio. Ao sentar-se, ele nota um certo rumor entre os garçons. Um deles o aborda:

– Você não é o fulano? Do Movimento Passe Livre?

– Sou, sim.

– Queria dizer que a gente conversou aqui entre a gente, e estamos com vocês, viu? A gente não vai pro ato por conta do horário do trabalho, mas tamo junto!

O militante fica meio sem palavras. O que

responder em uma situação dessas? Como conectar aquela conversa entre colegas de trabalho com as lutas práticas? Aquele “tamo junto” era um reconhecimento de que o cliente também era um trabalhador? Ou carregaria justamente uma dissolução dos antagonismos de classe?

Quando o cliente já saía do salão, o *barman* levantou o braço para o alto e gritou:

– A luta continua!

Uma janela estava aberta ali. Como saltar por ela? Como ir além da conexão pessoal entre a figura pública e aqueles trabalhadores?

Poderiam eles se encontrar lado a lado na rua, em horário de trabalho? Talvez numa greve geral que fosse além das convocações frustradas... Infelizmente essas questões sequer foram debatidas naquele momento.



** Ludmila Costhek Abilio é socióloga e pesquisadora do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. É autora do livro Sem Maquiagem: Uma Empresa e Um Milhão de Revendedoras de Cosméticos (Boitempo), bem como de diversos artigos que tratam da uberização do trabalho na atualidade. Há mais de dez anos, ela realiza pesquisas sobre o trabalho e a luta dos “entregadores”. Ela também é afiliada do Alameda.*

O OVO DO ORNITORRINCO

Por Ludmila Costhek Abilio

Passados dez anos de junho de 2013, parecem restar mais perplexidades do que respostas. Rapidamente nos deslocamos do Brasil-que-ia-finalmente-dar-certo para o será-preciso-décadas-para-recuperar-o-prejuízo. A imagem de 2013 que volta agora é a das ruas, mas também daquele gigante imenso de pedra que surgia da paisagem do Rio de Janeiro e saía andando sem ver onde pisava. A mensagem da propaganda de uísque parecia mais adequada do que a imagem do Cristo Redentor decolando como um foguete, como retratou a *The Economist*. Naquela década, o *keep walking* podia ser compreendido pelo o que André Singer definiu como *reformismo fraco*¹.

Em suma, sem tocar nas desigualdades profundas que estruturam a sociedade brasileira, o modelo de desenvolvimento em curso resultava em melhorias de vida significativas para grande parte da população. Seus principais elementos eram a redução da pobreza, redução das taxas de desemprego, aumento do emprego formal, um inédito aumento real do salário mínimo e aumento do potencial de consumo das famílias brasileiras, alavancado também pela massiva extensão do acesso ao crédito.

As mudanças corriam articuladas com elementos atuais do ser periferia num mundo financeirizado e digitalizado: a nação cumpria seu papel de *plataforma de valorização financeira*, como definiu Leda Paulani².

A marcha do progresso é a imagem que paira sobre nós, periféricos. A marcha do gigante se apresenta de diversas formas de acordo com os momentos históricos tupiniquins: como ameaça, horizonte, impossibilidade. O desenvolvimentismo saiu do baú onde havia ficado guardado por algumas décadas, elementos como o PAC e a massiva ampliação da participação da população no mercado consumidor sustentavam perspectivas sobre um neodesenvolvimentismo, social-desenvolvimentismo, um keynesianismo a brasileira, entre outras definições. Todas elas tinham de enfrentar o fato de que o crescimento econômico, o aumento do emprego e da renda não estavam de fato atrelados aos pilares da industrialização, que orientaram os modelos e sonhos intensos de desenvolvimento, seus impasses, fracassos e críticas ao longo do século XX. O gigante desperto era feito de soja, minério, boi e outras commodities tropicais.

1. SINGER, A. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo : Cia das Letras, 2012.

2. PAULANI, L. Quando o medo vence a esperança. Um balanço da política econômica do governo Lula. Crítica Marxista 19: 11-26, 2004.

No início do milênio, Francisco de Oliveira resumia a ópera na figura do ornitorrinco³. Aquele bicho estranho, formado por diferentes tempos históricos, inspirava a atualização das nossas persistentes dificuldades em definir o que éramos e poderíamos ser, mas mais do que isso, parecia apontar para a impossibilidade da continuidade da reprodução das dinâmicas que constituam o próprio subdesenvolvimento como tal. Em outras palavras, o *keep walking* parecia não ter para onde ir. *“O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há possibilidade de avançar, no sentido da acumulação digital-molecular (...) Restam apenas as acumulações primitivas...”*⁴.

A ilusão do catch up se esmaçava definitivamente. A financeirização engolia os direitos sociais e os fundamentos inalcançáveis daquela triangulação específica entre capital, Estado e trabalho que formou o Welfare, como os fundos de pensão. O assalariamento, pilar da sociedade salarial, deslocava-se agora para a informalidade e a informalização, finalmente reconhecidas como regra, em uma exploração do trabalho globalmente organizada e transformada pela “revolução molecular-digital”.

3. OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo : Boitempo, 2003

4. OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo : Boitempo, 2003, p.149

Da “nova classe média” aos “novos pobres”

No modelo de desenvolvimento das gestões do Partido dos Trabalhadores, nasceu um filhote de ornitorrinco, a “nova classe média brasileira”⁵. Tratou-se de celebrar de forma obscurecida as melhorias promovidas naquela década. Distante do padrão de vida da classe média⁶, a definição governamental se referia às famílias brasileiras que finalmente adquiriram a geladeira nova, que conseguiram colocar acabamento em suas casas, que viram seus filhos, jovens e negros, acessarem o ensino superior privado. Como resumiu Fernando, entrevistado em novembro de 2013, tinha 48 anos, era motoboy há 16:

“Hoje eu posso dizer que eu sou da classe média, hoje eu posso comer... hoje eu durmo...como que é a piada... hoje eu sonho, antes eu nem dormia. A gente tem hoje uns barraquinhos pra gente morar que é da gente mesmo. É nosso mesmo. Moro na Parada de Taipas, é zona Norte. Hoje a gente tem o cantinho da gente, tem a família amparada, tem um carrinho usado, mas é da gente. É comprado, conseguimos pagar o financiamento, é quitado. Coisa que a gente não tinha acesso, era muito difícil. Eu costumo brincar com o pessoal, fiquei praticamente 16 anos sem ir no Nordeste visitar, agora até de avião eu já fui... Praia, pra gente que morava aqui em SP, principalmente a gente que já era do Nordeste, era piada para nós, falava vamos pro Ibirapuera que é praia de paulista, chegava lá era a praia do povão, o pessoal disfarçava. Mas é para você ver, hoje, pintou um feriado o mundo acaba, você chega lá embaixo, o mundo, o Brasil inteiro tá lá. Você começa a conversar, vai ver de onde é, Norte e Nordeste”.

5. NERI, Marcelo C. A nova classe média: o lado brilhante dos pobres. Rio de Janeiro: FGV/ CPS, 2010, SAE. Assuntos estratégicos: social e renda, a classe média brasileira. Brasília : SAE, 2014; e SAE. Vozes da nova classe média. Caderno 3. Brasília : SAE, abril de 2013.

6. QUADROS, W. Paralisia econômica, retrocesso social e eleições. Plataforma Política Social, 2015. Disponível em https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/01/TD_WaldirQuadros012015.pdf

Esse período apresentou uma enorme expansão do mercado consumidor, que andava junto não apenas com o crescimento dos rendimentos advindos do trabalho, mas com a inserção financeirizada.

Parte importante da população, que mal tinha conta bancária, passava a contar então com o acesso fácil ao crédito e uma ampla bancarização. Direitos sociais nunca universalizados chegavam na forma de serviços privados popularizados e bens de consumo, agora acessíveis para um público que não sonhava até então em fazer como a verdadeira classe média faz, pagar pela saúde, pela educação, trocar o ônibus pela moto, ter cartão de crédito e carro na garagem.

Em poucos anos, a “nova classe média” se tornou os “novos pobres”⁷, arrastada por uma regressão social que já dava sinais em 2014⁸. Deslizou do acesso ao crédito ao endividamento, da favela *holding* ao auxílio emergencial, do primeiro emprego ao *bike boy*, do Prouni ao Uber. As conquistas daquele estrato da população -- que em realidade abarca a maioria dos brasileiros -- foram embora mais rápido do que chegaram.

A “nova classe média” foi para as ruas em 2013, em 2015 para apoiar e derrubar Dilma, em 2018 e 2022 para votar tanto em Lula quanto em Bolsonaro. “Os novos pobres” também foram à Brasília em janeiro de 2023. Assim como o governo obscureceu que a classe trabalhadora brasileira é composta em sua grande maioria de gente que vive com renda familiar de até dois salários mínimos, parte importante do pensamento de esquerda tende a invisibilizar essa mesma classe.

7. G1. Brasil terá até 3,6 milhões de ‘novos pobres’ em 2017, diz Bird. Março de 2017.

8. QUADROS, W. Paralisia econômica, retrocesso social e eleições. Plataforma Política Social, 2015. Disponível em https://plataformapoliticasocial.com.br/wp-content/uploads/2015/01/TD_WaldirQuadros012015.pdf e QUADROS, W. & FACHIN, P. Está em curso um retrocesso social em cascata. Entrevista especial com Waldir Quadros. Entrevistas IHU Online, 2015. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/541562-esta-em-curso-um-retrocesso-social-em-cascata-entrevista-especial-com-waldir-quadros>

Os descartáveis sociais, a ralé e os batalhadores, o subproletariado, o precariado, foram raramente tidos como protagonistas nos eventos dessa década, por vezes reconhecidos como uma espécie de apêndice de uma verdadeira classe média doída e enfurecida, como massa de manobra de uma elite escravocrata que surpreendentemente não quer lucrar com os novos consumidores, ou, no máximo, rebanho de pastores evangélicos.

Não era só pelos 20 centavos

Dentre muitas coisas, uma espécie de esgotamento popular daquele modelo de desenvolvimento era encenada nas cartolinas de junho com seus dizeres precisos sobre as injustiças e brutalidades sociais contemporâneas. Três anos depois, as escolas de São Paulo seriam ocupadas, numa ofensiva estudantil que deixou nosso atual vice-presidente e nosso “Xandão” de mãos atadas para mais um ataque neoliberal, e que ousou imaginar e viver mesmo que por um breve período uma outra escola. As frases tão sintéticas como o slogan do uísque diziam muito, não sabemos se num pedido por mais Estado ou por menos finanças, mas certamente que por mais justiça e igualdade social.

Que justiça e qual igualdade é algo que não poderemos enquadrar nas caixinhas do Estado do Bem Estar Social, tampouco nas de um projeto revolucionário, a despeito da potência real de derrubar *tudo que está aí* que se materializou do dia para a noite em todos os cantos do país.

Mas para a classe-trabalhadora-nova-classe-média o que havia se esgotado afinal? O susto não foi pequeno, afinal o gigante parecia caminhar direitinho, apesar da crise econômica que já começava a dar sinais. Apesar das reais melhorias de vida, as desigualdades seguiram as mesmas. A concentração de renda não se alterou⁹. As desigualdades raciais que estruturam o mercado de trabalho permaneceram intocadas, a concentração da maioria dos trabalhadores nas faixas de menor rendimento seguiu igual¹⁰. Tudo mudou, mas permaneceu no mesmo lugar. No mundo do trabalho, as brutalidades, perversidades e humilhações cotidianas que atravessam a vida de trabalhadores formais e informais seguiram soltas.

Com o mercado de trabalho aquecido, o que se transformava era a possibilidade de resistir a elas, de poder recusá-las e transitar por diferentes ocupações, que, entretanto, continuavam tendo, em sua maioria, remuneração de até 1,5 salário mínimo. Negros e negras viram o seu acesso ao ensino superior se ampliar, as batalhas em torno da representatividade ganharem corpo e se materializarem nos telejornais, na boneca negra que antes não existia nas lojas, nas lutas pelo direito a memória e por uma outra história, disputando até hoje de forma doída e freada um lugar nos livros didáticos, nas salas de aula. Mas a matança seguiu, o esfolamento cotidiano seguiu, nesse país em que até mesmo o apartheid social é informalizado, mas muito bem organizado e institucionalizado.

9. MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H.G & CASTRO, F. A. O topo da distribuição de renda no Brasil: Primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares (2006-2012). DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 58, n.1, 2015, p. 7-36.

10. CARDOSO, A. M. Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

Da revolta à informalização como modo de governo

Naqueles dias de junho vimos em ato como a ação popular poderia derrubar um governo, apesar de não parecer querer tomar o poder. Mas o que veio foi um governo que governava implodindo a si próprio, numa rebeldia agora institucionalizada. Assim como as tradicionais práticas políticas da esquerda, a revolta deslizou para o lado de lá. É difícil fixar a imagem desse espelho tão enigmático, que transforma MPL em MBL, que transmuta defesa da ordem em tarefa da esquerda e derrubada geral na da direita.

O ovo da serpente que começava a ganhar corpo em 2013 é outro, não o do ornitorrinco que saiu às ruas. Ao olhar, ao longo de sua obra, para a neblina¹¹, o ornitorrinco¹² e a indeterminação¹³, Francisco de Oliveira reconhecia essa perda de formas que vai tomando o mundo do trabalho, como parte do aprofundamento da exploração. Quanto menos estáveis, fixáveis e reconhecíveis forem os elementos que compõem o processo de trabalho, mais produtivo ele é. A gestão de Bolsonaro nos evidencia que a informalização é incorporada como forma de governo, envolvendo técnicas racionalizadas, produtivas, que produzem engajamento permanente e atingem certamente as metas definidas.

11. OLIVEIRA, F. Passagem na neblina. In: STEDILE, João P.; GENOÍNO, José (orgs.) Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo : Perseu Abramo, 2000..

12. OLIVEIRA, F. Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco. São Paulo : Boitempo, 2003

13. OLIVEIRA, F. Política numa era de indeterminação: opacidade e reencantamento. In: Oliveira e Rizek. C. A era da indeterminação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007

A explicação fácil para o Bolsonarismo mira na máquina infernal de produção de *fake news*. Essa máquina – que envolve muito trabalho humano, diga-se de passagem – nos dá materialidade sobre um quadro muito mais amplo, que se refere aos novos modos de gestão da população. O que está em jogo é um deslizamento difícil de reconhecer e classificar – e esta é sua potência. Ao analisar as jornadas de junho, Jean Tible¹⁴ afirma que por um momento o que se colocou foi a possibilidade de ruptura com o contrato social. Uma ruptura popular. Este é o diagnóstico invertido de Shoshana Zuboff sobre o *capitalismo de vigilância*, mas a ruptura vem das empresas que hoje oligopolizam a dataficação da vida.

Com uma certa saudade liberal, a autora faz o diagnóstico preciso de novos modos de governo que colonizam todas as esferas da vida, e que se assentam em novas lógicas que já não passam pelas relações contratuais que unem capitalismo industrializado e democracia. Da Ford para a Google. A autora vai dizer: “A participação consensual nos valores dos quais a autoridade legítima é derivada, juntamente com o livre-arbítrio e os direitos e obrigações recíprocos, é substituída pelo equivalente universal da tornozeleira eletrônica do prisioneiro”¹⁵.

Essas empresas recusam tudo que está aí estabelecendo novas formas de controle e gerenciamento de populações. Com elas se estabelecem fenômenos sociais de difícil explicação: como é possível se apropriarem do espaço urbano, subordinarem milhões de pessoas, criarem novos meios de produção e circulação de informação, convergirem sua extração, mercantilização e gerenciamento de dados com serviços públicos, com o aparato burocrático estatal, sem que passem por qualquer tipo de regulação *a priori*? Aparecem como mediadoras em diversos campos, mas detêm as regras do jogo.

As regras, entretanto, informalizaram-se; já não alcançamos como operam, como são definidas, como são produzidas, a que interesses atendem. Já não é o Estado que lhes confere legalidade, legitimidade ou procedimentos que garantem a confiança. É a atividade da multidão de usuários que provê certificações, controle de produtividade e qualidade, modos informalizados de construção da confiança que passam ao largo do Estado. A multidão se engaja e confia no seu próprio trabalho-vigilante, enquanto multidão. São constituídas então legitimidades informalizadas, que concorrem e deixam no chinelo os veículos de comunicação de massa, as universidades e seus representantes, as regulações dos serviços e do trabalho.

14. TIBLE, J. Junho selvagem e o ciclo de lutas global – Revista Jacobin: <https://jacobin.com.br/2023/06/junho-selvagem-e-o-ciclo-de-lutas-global/>

15. ZUBOFF, S. Big other: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação. In: Bruno, F., Cardoso, B., Kanashiro, M., Guilhaon, L., Melgaço, L. (orgs.) Tecnopólicas da vigilância: Perspectivas da margem. São Paulo, Brasil: Boitempo, 2018, p.59

O trabalho dos motoboys transformados em “entregadores” hoje possibilita pensarmos num *despotismo algorítmico*¹⁶. Novos modos de controle operam aí; quanto mais informalizados mais moduláveis e permanentes. O gerenciamento algorítmico possibilita o mapeamento individual e da multidão de trabalhadores como um todo, além da dataficação administrada de múltiplas dinâmicas sociais. Trabalhadores *just-in-time*^{17 18}, despedidos de qualquer entrave socialmente instituído para sua exploração, são utilizados de forma racionalizada e eficiente, finalmente reduzidos à pura força de trabalho.

Neste encontro entre oligopolização das empresas e informalização do trabalho, desaparecem todas as garantias sobre tempo de trabalho, remuneração, distribuição do trabalho. Fica o engajamento do trabalhador numa relação com regras indecifráveis, mas que definem as condições de sua sobrevivência. Ao mesmo tempo em que mapeia, o gerenciamento algorítmico induz comportamentos, reconhece e produz previsibilidades, subordina trabalhadores, estabelecimentos e, também, o engajamento dos consumidores.

16. ABÍLIO, L. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. Revista Margem Esquerda, n.36, 1º semestre de 2021, pp. 55-69. Issn 1678-7684

17. ABÍLIO, L. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. Revista Margem Esquerda, n.36, 1º semestre de 2021, pp. 55-69. Issn 1678-7684

18. ABÍLIO, L. Uberização, autogerenciamento e o governo da viração. Revista Margem Esquerda, n.36, 1º semestre de 2021, pp. 55-69. Issn 1678-7684

19. Cesarino, L. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. Ilha, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021.

A gestão de Bolsonaro materializou um movimento mais amplo da informalização como modo de governo, que não se restringe à institucionalidade do Estado e que conta com o engajamento popular e essas empresas. O recusar *tudo que está aí* consistia numa ruptura bem feita, por dentro, dos mecanismos burocraticamente estabelecidos, da legitimidade das instituições legalmente instituídas¹⁹. Entram nessa conta os veículos legais de comunicação de massa²⁰, as instituições científicas e seus representantes socialmente legitimados²¹, as instituições e regulações do trabalho²². Uma espécie de governo weberiano invertido, que ataca todos os monopólios legitimamente instituídos, inclusive o da violência do Estado.

O esfumaçamento também atravessa as possibilidades de reconhecer a acumulação, tornando-a mais potente e liberta dos freios sociais. E assim bambeamos entre buscar alguma lanterna explicativa entre o totalitarismo neoliberal e a crise do valor. Antes do bicho estranho, Francisco de Oliveira utilizou a figura da *passagem na neblina*²³ para pensar com o Partido dos Trabalhadores sobre seus desafios políticos diante das transformações do trabalho.

20. Finlayson, A. Neoliberalism, the Alt-Right and the Intellectual Dark Web. Theory, Culture and Society, Vol. 38(6) 167–190, 2021

21. Lynch, M. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. Engaging Science, Technology, and Society, v. 6, p. 49-57, 2020; Cesarino, L. Pós-Verdade e a Crise do Sistema de Peritos: uma explicação cibernética. Ilha, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. e Duarte, D.; Benetti, P. Pela ciência, contra os cientistas? Negacionismo e as disputas em torno das políticas de saúde durante a pandemia. Sociologias. Porto Alegre, 24 (60), p.98-138, 2022.

22. ABÍLIO, L. Uberização: a era do trabalho just-in-time? In Questões do trabalho · Estud. av. 34 (98) · Jan-Apr 2020: <https://www.scielo.br/j/ea/a/VHXmNyKzQLzMyHbgcGMNNwv/> .

A neblina, entretanto, estabeleceu-se como permanência: instaurou-se como técnica de governo, como elemento central do gerenciamento do trabalho, da acumulação e das formas de controle e mercantilização da vida. O outro lado da moeda é tecido por uma “luta de classes sem forma”²⁴, que vemos eclodir pelas ruas do mundo neste milênio. Aí mora sua potência e seus perigos. Como esses dez anos nos mostraram.

23. OLIVEIRA, F. Passagem na neblina. In: STEDILE, João P.; GENOÍNO, José (orgs.) Classes sociais em mudança e a luta pelo socialismo. São Paulo : Perseu Abramo, 2000.

24. GRUPO DE MILITANTES NA NEBLINA. Masterclass de fim do mundo: conflitos sociais no Brasil em pandemia. Site www.neblina.xyz, 2022.



** Carla Rodrigues é professora do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (UFRJ/IFCS) com foco em gênero, raça e colonialidade. Foi contemplada com bolsa de produtividade do CNPq e da FAPERJ para o projeto "A Filosofia tem algo a dizer sobre a violência colonial?". É coordenadora do Laboratório de Filosofia do Tempo do Agora (Lafita/CNPq) e autora de O Luto entre Clínica e Política: Judith Butler para além do Gênero (Autêntica, 2021), entre outros títulos. Também tem se dedicado a projetos de tradução em filosofia, como a tradução da obra de Judith Butler para o português. Ela também é associada do Alameda.*

PARA ESCOVAR A HISTÓRIA A CONTRAPELO: JUNHO, UMA MONTAGEM

Por Carla Rodrigues

Nomeação: junho como paradigma

Vou nomear junho de 2013 apenas assim, sem recorrer a expressões consagradas como “Jornadas de Junho”, “Revoltas de Junho” ou as suas variações ao longo do tempo, como Junho de 2013 e Junho, com letra maiúscula. Pretendo estabelecer desde o início que não estou alinhada ao entendimento de que junho de 2013 tem o peso de um acontecimento, de algo inesperado, impensável, imprevisível ou impossível. Como pretendo argumentar, não é o caso das manifestações de rua de junho de 2013, que participam de uma dinâmica política em disputa há muito mais de dez anos e só irromperam inesperadamente para quem não estava prestando a devida atenção.

Olhar para junho exige pensar sobre os dois mandatos consecutivos do presidente Lula, oito anos em que o governo prometia enfim enfrentar as mazelas da desigualdade socioeconômica à qual estamos submetidos desde o início da nossa história colonial.

Lula, no entanto, não pode ser compreendido sem uma análise da ascensão do PSDB de Fernando Henrique Cardoso ao poder em 1994, na sequência da eleição e do impeachment do presidente Collor, que caiu também dividindo as ruas entre os apoiadores de verde-amarelo e a oposição e suas bandeiras vermelhas.

De passo atrás em passo atrás, pensar em junho nos levaria de volta ao golpe civil-militar de 1964 – outro episódio entre “patriotas” e “comunistas”, à anistia ampla, geral e irrestrita de 1979, à campanha das Diretas Já em 1984, ao grande acordo da Nova República em 1985, à Constituinte de 1988, não sem antes passar pelo suicídio de Getúlio Vargas em 1954. A história presidencialista desde a Proclamação da República é feita de rupturas e suas respectivas acomodações.

Nesse caminho retrospectivo, poderíamos voltar ao confronto entre multiculturalistas e “pós-modernos”, sendo os primeiros apresentados como os promotores de consensos ditos pacíficos e os segundos os acusados de arautos da fragmentação, da desconstrução e da destruição. O atual diagnóstico de enfraquecimento da democracia reconhecera, antes de mais nada, o fracasso das práticas de diálogo e tolerância e as dificuldades de operar no campo das alianças contingentes. Nesse sentido, junho é tão processual que até poderia localizar sua origem nas querelas teóricas em marcha desde o final do século passado.

No cenário econômico, é preciso recuar a 2009, quando a derrocada bancária nos EUA por causa das hipotecas varreu os mercados financeiros internacionais, aprofundou a crise econômica e colocou a economia brasileira no circuito do fluxo do capital estrangeiro, oferecendo suas capitais para sediar grandes eventos – Copa do Mundo, 2014, Olimpíadas de 2016 – e assim fazer o dinheiro circular. Para poucos, é claro.

Há em junho de 2013 elementos que podem servir como chave de compreensão do nosso passado político – recente ou mais longínquo, a depender do interesse de quem analisa e com qual interesse o faz. Por uma perspectiva, junho teria sido um momento único na história dos movimentos de esquerda, que tomaram as ruas a fim de exigir a ampliação de direitos que estavam então sob ameaça de retrocessos.

Visto assim, as conquistas obtidas nos dois primeiros mandatos do presidente Lula haviam se tornado insuficientes para aplacar o tamanho da desigualdade brasileira, e o crescimento do acesso à universidade teria ainda contribuído para gerar frustração em uma juventude que buscava mobilidade social via educação¹. É uma abordagem muito conveniente a esse governo, porque torna estéril as reivindicações pelo direito à cidade e ao campo, pela mobilidade, aqui tomada no seu sentido mais amplo. Por esse caminho, as manifestações de junho são acusadas de terem sido uma oportunidade, produzida pela esquerda – que se equivocava ao ir às ruas contra governos do PT –, para a emergência de forças de ultradireita, as quais já estavam à espreita de uma brecha para se fortalecer como oposição. É relativamente confortável localizar em um suposto radicalismo da esquerda a responsabilidade pela emergência das forças de extrema direita – que, no entanto, sempre estiveram aí².

As ruas, aqui entendidas como espaço público e político, sempre foram objeto de disputa, com fluxos e refluxos, golpes e contragolpes, lutas de resistências por hegemonia. Nessa forma de compreender a *quase-sociedade*³ brasileira, seus atores e atrizes, junho é mais um momento – mesmo que muito expressivo – de embate no qual as forças populares de esquerda são levadas de roldão por grandes acordos costurados pelas elites.

1. Essa perspectiva tão otimista a respeito do acesso à educação pode ser interrogada a partir de pesquisa realizada por Carlos Costa Ribeiro sobre mobilidade social pela via da educação. Segundo ele, as transições educacionais não têm sido suficientes para aplacar desigualdades de raça e de classe. Discuto mais a respeito no meu artigo “Mais que um, menos que dois”, publicado na Revista Hum(e)anas: <<https://revista.estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2020/04/v.7.n2.2019.6.95-104.pdf>>

2. Gostaria de indicar meu artigo “Saídas da grande noite colonial”, publicado na revista Estilhaço, como referência para esse problema de uma extrema direita que sempre este aí. <<https://www.xn--estilhao-y0a.com.br/saidasdagrandenoitecolonial>>. Na mesma edição, artigo de Deivison Faustino, <<https://www.xn--estilhao-y0a.com.br/oqueveioantesdofascismo>>

Se há uma novidade, não é no revés em si, mas na sua dimensão destruidora do grande consenso nacional sobre o qual se assentava a retomada democrática desde os anos 1980. Que junho represente o fim da Nova República, hoje parece uma proposição evidente. O difícil de explicar talvez ainda seja por que a crise do sistema de pactos, acordos e consensos demorou tanto a ser fortemente contestada⁴.

No meu argumento, junho é paradigmático. No sentido que o filósofo italiano Giorgio Agamben confere ao termo, paradigma é uma metodologia para fazer com que certos fenômenos sejam inteligíveis, dispondo singularidades lado a lado. O paradigma supõe a possibilidade de produzir clivagens no interior de um arquivo cronológico em si inerte, a fim de torná-los legíveis. É assim que pretendo extrair de junho características que estabelecem um padrão para o que virá a ocorrer no interior dos movimentos sociais de esquerda, mais especificamente dentro do campo feminista.

Quero me valer da já estabelecida dicotomia entre dois polos – junho foi uma explosão social de esquerda versus junho foi a porta aberta pela esquerda para a expansão da ultradireita – para encontrar no interior dos movimentos feministas um tipo de divisão muito parecida.

3. Escolhi usar essa expressão para facilitar a referência ao extenso debate iniciado por Antônio Cândido, seguido por Roberto S. e Paulo Arantes, que consideram que nunca chegou a se formar isso que chamamos de “sociedade brasileira”.

4. A este respeito, é vasta a produção do filósofo Marcos Nobre e seu diagnóstico de “fim do peemedebismo”. Aqui, esse fim é comemorado, na medida em que os consensos políticos que marcaram o início da Nova República – aí incluída a anistia aos militares – são por mim entendidos como sinais violentos de rejeição à participação popular. Ver também argumentação do filósofo Vladimir Safatle em capítulo do livro “Junho de 2013: a rebelião fantasma”, Boitempo, 2023, e nesta entrevista <<https://istoe.com.br/2013-marcou-o-fim-da-nova-republica/>>.

Em uma espécie de mimese, os feminismos começam a reproduzir no seu núcleo aquilo que, lá fora, já se consolidava como “polarização”, repetindo internamente a divisão posta nas ruas.

Quem, nós, feministas?

Tomo como premissa o fato histórico de que os movimentos feministas são marcados – e, até um ponto, historicamente sempre se orgulharam disso – por uma heterogeneidade interna. Existem as intelectuais teóricas e as ativistas, com boas doses de interseções entre elas. No primeiro grupo, há abordagens marxistas, socialistas, pós-estruturalistas, existencialistas, apenas para citar as correntes mais óbvias. No grande campo das ativistas, há mulheres brancas, negras, indígenas, rurais, lésbicas, radicais, trans... E em cada um desses campos é possível de novo encontrar subdivisões internas.

Em certa medida, são essas tensões que produzem as possibilidades de abertura para mudanças, em vez dos grandes consensos da política tradicional. Agonísticos ou movidos por alianças contingentes, os movimentos de mulheres não são nem nunca foram unívocos, sem, no entanto, nunca terem deixado de estar ligados por um mínimo denominador comum: a emancipação das mulheres, aqui entendida como libertação do jugo, do poder e da opressão do patriarcado.

A partir daí, já não há mais consenso. Diverge-se em relação ao que o termo “mulher” representa; não está dado que toda feminista é crítica ao poder dos homens, como apontam certos grupos de mulheres negras; nem todas as feministas estão de acordo com o uso do conceito de patriarcado, cujo sentido pode variar histórica e temporalmente; as feministas radicais não aceitam mulheres trans no campo feminista. Não existe acordo nem mesmo nas pautas mais permanentes, como o combate à violência — são grandes as disputas entre punitivistas e antipunitivistas — ou a descriminalização do aborto. Embora pesquisas apontem que são principalmente as mulheres negras e pobres as mais prejudicadas pela proibição do aborto, ainda assim existe uma crítica importante a ser considerada, a de que o feminismo branco ignoraria a luta das mulheres negras pelo direito à maternidade, tantas vezes interrompida pela violência policial contra crianças e jovens negros⁵.

Existem feministas articuladas internacionalmente, assim como existem as que consideram infrutífero qualquer diálogo com as mulheres do Norte global; há mulheres conectadas em grupos latino-americanos e outras que afirmam a centralidade do trabalho nas periferias em detrimento de outras articulações. Apesar de tudo isso, no caso brasileiro, as organizações de mulheres estiveram juntas inúmeras vezes desde o início da redemocratização.

5. Discuto esse problema no artigo “Nem presa, nem morta nem imoral”, aqui: <<https://futurodocuidado.org/nem-presaNem-morta-nem-imoral/>>

É notável, por exemplo, o empenho feminista na luta por escrever e ampliar direitos na Constituição de 1988⁶. As manifestações no 8 de março são também um caso de alianças internas e superação de divergências em prol de lutas comuns. Antes e depois de junho de 2013, muitos desses grupos estavam e permaneceram nas ruas.

Até porque o campo feminista andava desassistido desde o primeiro mandato de Lula. A expectativa otimista, resultado da criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, presidida pela médica Nicéa Freire, esfriou em 2005. Um acordo promovido pelo Executivo com as forças religiosas do Legislativo impediu a votação de projeto de lei de descriminalização do aborto no qual as feministas haviam trabalhado duro por três anos. Como eu dizia, o caminho de volta ao passado pode ser muito longo.

Antes e depois do golpe

Quando o segundo mandato de Lula termina e ele dá posse a Dilma Rousseff, celebrando a vitória da primeira mulher a assumir a presidência da República — e não qualquer mulher, mas uma ex-guerrilheira que havia lutado contra a ditadura de 1964 —, cria-se a falsa impressão de que é possível uma radicalidade à esquerda, enquanto, na prática, é preciso fazer ainda mais concessões à governabilidade dos acordos de gabinete.

6. Ótima recuperação desta história da luta das mulheres na Constituinte no podcast “Jogo de cartas”, aqui: <<https://www.deezer.com/br/show/5767617>>.

Dilma herdara as estratégias de conciliação costuradas por Lula no segundo mandato, fragilizado pelas denúncias do Mensalão, que irrompem à direita pela figura do deputado Roberto Jefferson (PTB). Lula havia aprofundado o caminho do grande consenso, deixando à margem das políticas públicas contingentes de eleitores e eleitoras do campo da esquerda e menosprezando – ou, talvez seja melhor dizer, ignorando – as reivindicações daí advindas. Além do mais, é importante sempre lembrar, a misoginia impregnada na sociedade brasileira contamina o mandato de Dilma desde o seu início. E, para completar, a presidenta nunca chegou a ser identificada como feminista, o que fez com que o movimento de mulheres tenha se mantido com ela em estado permanente de tensão.

Há uma história prévia de ocupação das ruas por parte de movimentos de esquerda – com destaque para o Movimento Passe Livre, que, em São Paulo, organizava manifestações contra o aumento de 20 centavos nas passagens de ônibus –, e de reivindicações de mobilidade urbana, como descrevem os livros recentes de Angela Alonso e Roberto Andrés⁷. Em relação ao governo Lula, também se dirigiam reivindicações de mobilidade socioeconômica. Havia um campo popular de esquerda nas ruas muito antes de junho. Só que a esquerda não estava sozinha. Era abril de 2010 quando a Igreja Universal do Reino de Deus ocupou o Aterro do Flamengo, com quase um milhão de pessoas mobilizadas pelo chamado

“Dia D”, evento simultâneo em todas as capitais do país e de proporções gigantescas no Rio de Janeiro, cidade que então já ostentava o segundo lugar no ranking das capitais de maior eleitorado evangélico.

Os encontros entraram para o calendário político-religioso da IURD e se repetiram em todos os anos seguintes. Em 2009, o governo federal instituiu uma data nacional para a Marcha para Jesus, cujas mobilizações são cada vez mais resultado de reivindicação de representatividade dos neopentecostais na vida política do país. Foi também em julho de 2013 que a Igreja Católica organizou a Jornada Mundial da Juventude, com a presença do recém-nomeado Papa Francisco, e com uma demonstração de força nas ruas, onde milhares de fiéis protestavam contra a descriminalização do aborto distribuindo miniaturas de embriões. A bandeira do aborto estará no centro da disputa político-religiosa que incluiu uma série de protestos contra a nomeação do pastor Marcos Feliciano para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, em março de 2013. Dois anos depois, o deputado Eduardo Cunha, rompido com a base aliada do governo, apresenta o Projeto de lei 5069, que retirava direitos de acesso ao aborto legal em caso de estupro. Artífice do golpe parlamentar que derrubou Dilma, Cunha conseguiu emparedar as feministas. O projeto nos empurrou para as ruas, por razões óbvias: era preciso defender os direitos já conquistados. Foi por iniciativas como essa que “resistir” virou palavra de ordem.

7. Respectivamente, Angela Alonso, *Treze* (Cia da Letras, 2013) e Roberto Andrés, *A razão dos centavos* (Zahar, 2013).

Os protestos das mulheres configuraram-se uma oportunidade perfeita, armada deliberadamente pela ultradireita religiosa a fim de nos acusar, uma vez mais, de “aborteiras”, “bruxas”, “destruidoras da família” ou “assassinas de crianças”. Interessa observar alguns aspectos: os protestos contra o PL fizeram parte da “primavera das mulheres”, indicando a construção de uma ligação com as primaveras internacionais. Imperava o que vou chamar de “lógica da resistência”. A partir de um certo momento, passamos apenas a reagir aos ataques da direita, num círculo infernal – vamos para as ruas protestar, perdemos, e a direita ainda se aproveita dos nossos protestos para nos difamar nas redes sociais.

O terceiro e último fenômeno é mais complexo e diz respeito aos “discursos de ódio” dentro do próprio campo progressista. Pelo uso desses discursos de ódio, eu mesma corro o risco de ser execrada por parcela significativa de feministas, aquelas que consideram o pensamento crítico uma traição. Se quero combater os discursos de ódio dentro do campo feminista é por acreditar ser fundamental retomar um ponto teórico que há muito me mobiliza: são políticos os próprios termos em que fazemos política⁸. Se os termos estão dados pelos adversários, então, a política passa a ser apenas um jogo especular em que, de um lado ou de outro do espectro ideológico, o comportamento é idêntico. Essa indistinção no modo de fazer – reativa, violenta, punitivista e preconceituosa a partir de argumentos morais – promoveu, no meu entendimento, fenômenos diretamente relacionados entre si: a fragmentação da esquerda e a coesão da direita.

Fragmentação porque a certa altura importava mais lutar contra uma possível aliada e porque junho enterra de vez a possibilidade de seguir fazendo política à base de consensos. Esta era uma estratégia vitoriosa quando os pleitos se dirigiam a inimigos em comum. Esse tipo de união tinha sido usado em 1984 e 1993, respectivamente pelas Diretas e pelo impeachment do Collor, e provou-se esgotado para os movimentos populares de esquerda principalmente a partir do segundo mandato de Lula. De minha parte, acrescento que as mulheres chegaram a se mobilizar contra o golpe, na mesma lógica de união contra um inimigo comum. Tarde demais, é verdade. Quando voltamos para as ruas em apoio ao governo Dilma, já não havia muito mais a fazer e as pressões no parlamento já eram, como sempre são, muito mais fortes que a força popular.

Uso como exemplo a Marcha das Margaridas. A primeira manifestação reuniu mulheres do campo e da floresta e faz parte da agenda do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, com mobilizações anuais que passaram a levar à Brasília milhares de mulheres envolvidas em questões ambientais e direito à terra. Era ainda governo Lula quando as mulheres rurais decidiram ocupar Brasília uma vez por ano e apresentar suas reivindicações. Essas mesmas mulheres que, desde 2011, caminhavam para Brasília exigindo seus direitos, em 2016, estavam na Praça dos Três Poderes apoiando o mandato de Dilma, um dos muitos movimentos de mulheres que tentou ressignificar as manifestações, que agora precisavam ser contra o golpe.

8. Em *Arquitetura das arestas* (Autonomia Literária, 2022), Edmilson Paraná e Gabriel Tupinambá discutem o problema das formas de organização no campo da esquerda. No recém-lançado *Nem vertical nem horizontal* (Ubu Editora, 2023), Rodrigo Nunes aborda o mesmo tema.

Se os extremos à direita e à esquerda estavam nas ruas, o governo estava onde sempre esteve, tentando se equilibrar ao centro. Em muitas análises, porque esse é o único lugar a partir do qual se pode gerir o país. As rupturas foram empurradas para as margens, onde estranhamente se encontraram.

A *Slutwalk* nasceu em 2011, em Toronto, Canadá, puxada por jovens universitárias, depois de inúmeros casos de estupro próximos ao campus. No Brasil, onde alguns movimentos feministas têm articulação internacional, a primeira Marcha das Vadias acontece no mesmo 2011, mas só a partir de 2013 ganhará dimensão nacional, com manifestações simultâneas em quase todas as capitais. Pesquisa sobre a dinâmica de organização da Marcha das Vadias no Rio de Janeiro em 2014 mostra divergências internas entre mulheres brancas e mulheres negras, estas críticas ao uso do termo “vadias” como incapaz de “representar experiências particulares de mulheres de diferentes raças e etnias”⁹. Interessante notar que o problema de a quem os feminismos podem representar, formulado por Judith Butler desde os anos 1990 em *Problemas de gênero*, retorna, já no âmbito de um momento político marcado também pela crise da representação instalada na política oficial.

Nenhum dos dois sintagmas – feministas brancas ou feministas negras – configura grupos homogêneos, o que não impediu

que se estabelecessem divergências acirradas na organização da marcha, amplificadas no interior de cada um desses dois grandes grupos. Para as mulheres negras, o direito à sexualidade esbarra no estigma histórico de terem seus corpos hiperssexualizados, anulando a estratégia de subversão do termo “vadias”. Parte das mulheres negras recusa o termo “feminismo”, o conceito de gênero é recusado tanto por feministas descoloniais quanto por feministas radicais, emergindo daí uma forte e surpreendente aliança contra a categoria epistemológica tida como colonizadora, no argumento das primeiras, ou como estratégia de apagamento das “mulheres verdadeiras”, no argumento das segundas. Some-se a isso o crescimento das TERFs –*Trans-Exclusionary Radical Feminism*, ou feminismo radical transexcludente–, infelizmente associado à adesão a proposições de extrema direita, como a negação do conceito de gênero em prol da defesa de uma “mulheridade”, que faz o feminismo retornar aos fundamentos essencialistas dos quais pretendia ter se libertado.

Quando, nas eleições de 2018, o candidato Jair Bolsonaro passou para o primeiro lugar das pesquisas, feministas e a comunidade LGBTQIA+ organizaram manifestações políticas movidas pela hashtag #elenão, o que mais uma vez produziu rupturas. As ruas mostravam força ou fraqueza? As manifestações estavam contribuindo para que o campo conservador tivesse ainda mais medo de um candidato de esquerda e, com isso, ajudavam a candidatura de Bolsonaro? Estas foram algumas das acusações dirigidas aos movimentos de mulheres e que interpreto como indício de que havia mais divergências do que consensos.

⁹. Estou me referindo ao trabalho de de Letícia Ribeiro, Brena O’Dwyer e Maria Luiza Heilborn no artigo “Dilemas do feminismo e a possibilidade de radicalização da democracia em meio às diferenças: o caso da Marcha das Vadias do Rio de Janeiro”. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrio.br/ojs/index.php/civitas/article/view/27560>>

Depois da vitória de Bolsonaro, a nomeação de Damares Alves para o Ministério da Família completou um ciclo de rupturas internas. Promovendo ações em nome das “mulheres”, ela tornou terra arrasada os tímidos avanços dos oito anos de mandatos de Lula e os ainda mais tímidos avanços dos seis de Dilma. Enquanto tratava de aparelhar os conselhos tutelares, Damares usou o arcabouço das pautas políticas feministas contra o feminismo, promovendo ações de governo similares ao assistencialismo das décadas de 1950/60. A família e seu caráter essencialista fez as pontas extremas se encontrarem: de um lado, o neofascismo e sua defesa da família tradicional; de outro o “feminismo de direita”, contrário às reivindicações dos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+.

Damares, e com ela uma série de prefeituras e governos estaduais à direita, empenharam-se em levar às mulheres um tipo de apoio que reforçava o lugar essencialista em nome de qualidades ditas femininas. O resultado é espantoso, mas não surpreendente. Em seu núcleo, o campo feminista tradicional se esgarça, enquanto a direita navega numa onda de retrocesso em relação aos próprios temas pelos quais se pretendia lutar, como combate à violência, geração de emprego, acesso à saúde etc. Desde então, é crescente a apropriação de pautas tidas como feministas pela ultradireita. Se de um lado e do outro os problemas são os mesmos, então, mais uma vez, tornam-se políticos os próprios termos em que se faz política.

Na extrema direita, forças religiosas se unem ou mesmo se misturam a grupos de direita a fim de mobilizar um dos afetos mais poderosos da política, o medo. O recurso ao pânico moral, nosso velho conhecido – e muito bem documentado pela antropóloga estadunidense Gayle Rubin nos anos 1980 –, tem sido uma arma poderosa para a aliança das mulheres com o neofascismo¹⁰. No meu argumento, essa união tanto se vale da fragmentação do campo da esquerda quanto a promove. Junho nos enfiou nessa armadilha. São inseparáveis causa e causalidade, origem e consequência, atando um intrincado nó, em que o pronome “nós” passa a ser usado numa estranha ambiguidade.

O clichê do ovo da serpente e 2014 no meio do caminho

Já ponderei que interessava ao governo Lula sustentar a interpretação de que junho de 2013 foi a porta aberta para a entrada das forças de extrema direita na política. Agora vou seguir muito de perto a pesquisa do cientista político Fernando Limongi e sua afirmação de que não foram os movimentos de rua que derrubaram Dilma Rousseff do poder. Em *Operação impeachment* (Todavia, 2023), ele defende a hipótese de que Dilma caiu porque seu apoio inicial às investigações de corrupção na Petrobras foram desagradando e ameaçando a classe política, pouco afeita a ações anticorrupção.

10. Estou me referindo ao artigo “Pensando o sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade”, cujo original é de 1982. A autora explora a relação estabelecida pela direita entre a prática sexual fora da família, o comunismo e a fraqueza política, e chama a atenção para como, desde o final dos anos 1970, cresce, a oposição de direita à educação sexual, à homossexualidade, à pornografia, ao aborto e ao sexo antes do casamento.

Quanto mais a Lava-Jato avançava, mais ela perdia apoio, até mesmo do PT. Não deixa de ser uma curiosidade histórica que a Petrobras esteja na origem do impeachment de Dilma, considerando que a mesma Petrobras esteve neste mesmo lugar em relação ao impeachment de Fernando Collor, cujas primeiras acusações emergem quando o então presidente da estatal, Luiz Octávio Motta Veiga, pede demissão do cargo denunciando a ação deletéria de PC Farias na empresa.

Em 2016, lembra Limongi, quando o impeachment é votado, primeiro na Câmara e depois no Senado, as ruas já haviam arrefecido, apesar de todos os esforços do PSDB de apoiar os movimentos populares de extrema direita. Aqui, vale lembrar que, se junho não começou em 2013, também não acabou ali. O PSDB soube muito bem arregimentar a força popular de direita para legitimar a decisão do então candidato Aécio Neves de não reconhecer o resultado das eleições de 2014. De qualquer lugar de onde se olhe, essa iniciativa tem muito mais importância no processo de chocar o ovo da serpente, justo por ser uma ruptura institucional. Não por acaso, é a este momento que Bolsonaro em 2022 retoma para questionar a lisura das urnas eletrônicas e pretender melar o processo eleitoral.

O “ovo da serpente” não foi chocado pela esquerda popular porque esse ovo foi gestado, alimentado, fomentado e financiado no ninho tucano, reproduzindo no neofascismo à brasileira um esquema tradicional europeu do século XX: o fascismo emerge da aliança entre o poder conservador e uma força política que se apresenta como “novidade”, seguindo aqui a explicação de Robert O. Paxton¹¹.

Aos poucos, de 2014 em diante, a aliança entre o conservadorismo tucano e a falácia de um candidato antissistema, representado por Jair Bolsonaro — político que, como deputado, integrava o chamado baixo clero do Congresso, e como militar, é capitão representante das baixas patentes e dos porões da ditadura —, foi fazendo do PSDB uma espécie de refém do neofascismo que o partido havia fomentado.

Nisso que logo nos acostumamos a chamar de “polarização”, não há equivalência entre os dois polos. Além dos argumentos explorados por tantas vozes defensoras da democracia — só um dos polos está de fato no frágil campo democrático brasileiro, enquanto o outro se empenha em corroer a democracia por dentro —, existe essa ainda dificuldade de o campo da esquerda encontrar novas formas de fazer política e, portanto, reconhecer que a extrema direita já dominou todas as que nos eram próprias, como a radicalidade e a mobilização popular, para ficar só em dois exemplos evidentes¹². É um dos motivos por que tenho recusado a expressão “bolsonarismo”, a esta altura consagrada entre analistas políticos para se referir ao tipo de fascismo instalado no Brasil. Rejeito a denominação por acreditar que nela se esconde a articulação internacional da ultradireita que ofereceu sustentação ao governo de Bolsonaro, mas que teria feito o mesmo por qualquer outro político adequado ao papel.

11. Anatomia do fascismo. Record, 2007.

12. Seria preciso uma pesquisa extensa e mais espaço para discutir o papel que os think tanks de ultradireita, com financiamento internacional, tiveram na formação de lideranças. Uma pequena amostra do problema aqui: <https://diplomatie.org.br/think-tanks-ultraliberais-e-nova-direita-brasileira/>

13. Recuso, não sem reconhecer a importância e o pioneirismo das pesquisas da antropóloga Isabela Kalil e seu uso específico do termo bolsonarismo como indicação da clivagem entre a figura do ex-presidente e a persistência de um ideário fascista enraizado na sociedade brasileira.

Ainda que Bolsonaro fosse muito conveniente – defensor despudorado da ditadura civil-militar, encarnava melhor do que ninguém a oposição à ex-guerrilheira Dilma –, importa para mim acentuar as ligações internacionais, porque são com elas que estão conectados os feminismos de direita, em circuitos que vão da Inglaterra antitrans ao fim dos estudos de gênero na Hungria. Para os feminismos do campo de esquerda, as pautas de combate ao reconhecimento das pessoas trans são um exemplo cabal de articulação com os grupos de ultradireita¹⁴. A luta pela hegemonia no campo feminista não é, infelizmente, um fenômeno brasileiro, ainda que as colorações locais confirmem um caráter específico a esta disputa.

Antes de terminar, ainda seria preciso fazer menção ao uso das redes sociais, com frequência convocadas para explicar o “fenômeno junho”. Isso que hoje conhecemos como redes sociais cresceram no rastro da chamada web 2.0, que numa era pré-algoritmo já convocava ao engajamento e à participação horizontal¹⁵. É no mínimo paradoxal pretender atribuir a redes controladas por grandes corporações a capacidade de mobilizar movimentos populares de esquerda. Como dizia o velho Marshall McLuhan, o meio é a mensagem, e nas redes dominadas pelo novíssimo espírito do capitalismo, há pelo menos duas mensagens em constante circulação: enquanto trabalha, fragmente-se! Enquanto descansa, goze, goze, goze!

14. Edição especial da revista *Transgender Studies Quarterly* traz um amplo debate sobre essas ligações. < <https://read.dukeupress.edu/tsq/article/9/3/311/319375/IntroductionTERFs-Gender-Critical-Movements-and> >

15. É notável que o “mito de origem” da web 2.0 esteja situado no uso dos recém-criados blogs, que serviram, nos EUA, como ferramenta de conexão entre as pessoas sobreviventes do 11 de setembro e foram impulsionados, a partir dali, como o melhor exemplo de horizontalidade entre emissor-receptor de mensagens, superando, portanto, o modelo verticalizado da mídia tradicional.

Para repetir a formulação de Achille Mbembe, as redes tornam-se pulsionais. Se antes a gestão da vida social por consenso exigia a moderação de pulsões individuais em prol de acordos, a fragmentação opera para liberar as pulsões individuais do “mal-estar da civilização” – o que se espelha no comportamento de líderes de extrema direita, que aparecem ao público como pura espontaneidade, dizendo tudo que querem dizer, sem concessões à liturgia do cargo. Trump e Bolsonaro são os dois melhores exemplos dessas pulsões descontroladas¹⁶. Vistos assim, os cartazes individuais com as mais variadas reivindicações seriam exemplo de pulsões liberadas, ou como um jeito de cada um dizer com o que quer gozar. Para completar, as redes tornaram-se terreno fértil para exposições liberadas de todo tipo de machismo e misoginia, com as mulheres protestando de um lado e, de outro, os algoritmos impulsionando a reatividade.

Aqui, gostaria de retomar o argumento inicial: o que me faz interpretar junho de 2013 como paradigma é interrogar a compreensão vulgar de que a vitória da extrema direita foi uma reação à radicalização da esquerda nas ruas. A quem serve essa hipótese é uma pergunta pertinente. É fácil perceber que serve para que um certo campo da esquerda ignore as suas muitas contradições: a defesa de uma institucionalidade forte, mas a serviço dos poderosos de sempre; a reivindicação democrática sem a crítica à democracia de baixa intensidade em vigor no Brasil; a

16. Como alegoria, remeto os leitores/as à série inglesa *Years and Years*, veiculada no Brasil pela HBO. Desde o início, a candidata que encarna a extrema-direita usa exatamente esse tipo de estratégia, ao propor em um debate de TV que antes de votar os eleitores deveriam se submeter a um teste de QI, provocando reações de espanto justamente por estar sendo sincera demais, fugindo, portando, do jogo do que pode ou não ser dito na política. A cena faz parte do trailer oficial, aqui < https://www.youtube.com/watch?v=SY41jhlP_xl >

inclusão pela via do consumo e os seus devidos limites, muitos deles, inclusive, apontados pelas manifestações de rua; a gestão de população excedente por políticas de segurança e encarceramento violentas e virulentas; a cegueira em relação ao racismo e ao sexismo estruturais, classificados pejorativamente de “identitarismo”; a dificuldade de buscar governabilidade nos movimentos sociais, preferindo a suposta segurança dos acordos de gabinete – os mesmos que não ofereceram sustentação à Dilma nem evitaram o golpe de 2016 – são alguns dos impasses que ainda permanecem, apesar do bom resultado das urnas em 2022 e do alívio da saída de Jair Bolsonaro da presidência. Por tudo isso, entendo que junho de 2013 não é uma fotografia, uma imagem congelada, mas um filme em movimento, ainda em processo de montagem, cujas cenas finais não aconteceram na rampa do Palácio do Planalto nem em 1 de janeiro nem em 8 de janeiro de 2023.



** Paulo Arantes é filósofo. Em 1998, aposentou-se do cargo de professor do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo, onde lecionou por trinta anos. Seus livros incluem: Hegel: A Ordem do Tempo, Ressentimento da Dialética e, mais recentemente, O Novo Tempo do Mundo.*

POST-SCRIPTUM SOBRE O DÉCIMO ANIVERSÁRIO

Por Paulo Arantes

Em Junho de 2013, a História voltou ao Brasil? Das três maiúsculas desse enunciado beirando o surreal, a primeira, depois de conhecer um pouco de tudo em matéria de consagração e vilipêndio em sua curta vida narrativa, talvez retorne do limbo a que foi relegada por gregos e troianos, menos pela data redonda do décimo aniversário e muito mais pelo metabolismo das sobras do pesadelo que nos assombra desde a catastrófica eleição de 2018. Voltaremos à conjuntura demoníaca que se abriu naquele momento, na excelente formulação de Felipe Catalani, escrevendo no day after. Não sei se ela se fechou, pelo contrário.

A segunda maiúscula, anunciando um retorno épico de algo cujo eclipse ninguém levou a sério, frisa o disparate e desperta a perplexidade padrão diante de enormidades como esta: como assim?

Por último, a terceira é tanto mais óbvia e redundante quanto menos identificável foi se tornando seu presumível referente, de cuja existência aliás o Drummond de 1931-1934 chegou até a duvidar, “nenhum Brasil existe, acaso existem os brasileiros?”. Além do mais, dúvida poética modernista lançada justo na abertura de uma década em que a assim chamada desde então “realidade brasileira” seria descoberta e confrontada em meio aos escombros da República Velha.

Seria o caso de fechar esta adivinha reparando que não foi só a História que supostamente voltou há dez anos. Segundo proclama a três por dois a história oficial cujo enredo foi retomado há poucos meses, o Brasil também voltou, e ao grande teatro do mundo, para começar. Pois aqui a adivinha se enrosca um pouco mais.

Ocorre que esta mesma história oficial restaurada, que celebra o retorno do Brasil à sua identidade original, é a mesmíssima fabulação que atribui às Jornadas de Junho uma explosão negativa, tão intensa que provocou um eclipse nacional de dez anos. Conhecemos a canção: era uma vez uma Caixa de Pandora dentro da qual havia um Ovo, dentro do qual havia uma Serpente etc. Numa palavra, um eclipse de dez anos, uma década em que não se passa nada, salvo coisas de não, a começar pela violência política de uma deposição presidencial, fermentada na ambígua potência das ruas e das redes, aliás bivalente tal potência; a Hidra de Junho tinha duas cabeças.

Não foi bem assim, não houve ligação direta como sabemos, não foi pouca coisa o que aconteceu no meio, como mostrou Rodrigo Nunes. Mas ao batizar com rara felicidade essa temporada inédita de som e fúria, de “extenso agora”, além de dar o troco à melancolia postíça do documentário de João Moreira Salles, deu vida nova a uma noção que ainda não sabemos identificar: por que “agora” e por que se estende no tempo? Alguma coisa aconteceu no coração do tempo brasileiro, notoriamente paralisado em 1964? Seja como for, a onda que levou embora e trouxe de volta a História não pode ser a mesma que levou e trouxe de volta o país em sua inteireza, desta vez afirmativa. Sem falar, para voltar ao miolo do disparate de partida — um enunciado por enquanto sem pai nem mãe —, que a História não é uma enteléquia que ora se consuma e coincide com seu conceito, ora dá marcha a ré até virar semente.

Como ficamos? Alinhamos um Acontecimento ainda não identificado. Um processo de temporalização desses mesmos acontecimentos e processos subjacentes ao que os modernos darão o nome de “história”, mais ou menos às vésperas da Revolução Francesa. E por fim, o nome próprio de uma comunidade política imaginada (nos termos originais de Benedict Anderson), uma sociedade nacional, em suma, que não por acaso Marcel Mauss definiu certa vez como uma “espera em comum”.

Espera que por sua vez transcorre num tempo social que é tudo menos homogêneo e linear (e nisto nos desviamos de um infeliz tropeço do Benedict Anderson de há pouco); pelo contrário, move-se aos trancos e barrancos conforme grandes expectativas se aceleram ou são revertidas. E para adiantar o argumento deste post-scriptum, Junho foi uma delas. A reviravolta, que para abreviar podemos chamar de bolsonarista, foi outra. Ainda que em sentido irremediavelmente contrários, ambas no entanto grandes expectativas, formando um só bloco agonístico e antitético, em suma, um “extenso agora” de dez anos, ainda por se decifrar sob nova luz, que não as do progressismo iluminista, como vêm dizendo e reprisando em vão Miguel Lago e Pedro Rocha de Oliveira. Ora, numa determinada esquina do curso do mundo, esse “regime de historicidade” (François Hartog) se desmanchou. As datas variam, bem como o diagnóstico do fenômeno.

Pois bem. A maiúscula central com a qual abrimos esta Nota sobre o décimo aniversário nos permite (e mesmo obriga a) gravitar em torno da mais celebrada e escarnecida tirada a respeito desses substantivos monumentais, o “Fim da História”, que afinal vinha acompanhado de um ponto de interrogação, na existência do qual o estupor dos primeiros leitores não lhes permitiu sequer reparar. Fukuyama, ele mesmo. Ao qual só os muito tolos creditaram à insanidade triunfalista de decretar literalmente, com ou sem aspas de rigor, nada mais nada menos do que o fim da história, em princípio encerrada com o desmoronamento do mundo soviético e a vitória sem resto do bloco antagônico. Deu-se porém justamente o contrário da paz perpétua dos liberais, e nem foi preciso esperar pela réplica culturalista descalibrada de um Huttington para saber que os dividendos da paz seriam pagos noutra moeda.

Houve até quem reconhecesse naquele juízo de época acerca de um mundo único no qual reinaria um capitalismo sem rival, por maior que fossem suas disparidades concorrentes – se capitalismo político ou de mercado, monitorado à distância –, quando trocado em miúdos, um verdadeiro e novo Discurso da Guerra; mais exatamente, guerras do fim da história. A saber, um continuum de intervenções militares – na verdade, guerras de escolha, além do mais assimétricas –, destinadas antes de tudo à manutenção da nova ordem mundial. No limite, operações globais de Garantia da Lei e da Ordem, para pôr na roda o eufemismo consagrado pelo artigo 142 da Constituição Brasileira de 1988,

além de chamar a atenção para a amplitude daquele continuum abarcando num só traço inimigos tanto externos quanto internos, públicos-alvo em suma, como se a guerra pudesse ser também uma política pública, ou a matriz mesmo das que foram plantadas quando a dita História chegara ao seu fim.

Dito isso, duas palavras ainda sobre a dimensão da guerra naquele período de eclipse total das paixões políticas que estamos chamando de “fim da história”, com H maiúsculo, é claro. Segundo a linha divisória traçada por Fukuyama, do lado iluminado em que se reproduziriam as sociedades ditas pós-históricas, o flagelo da guerra entre as grandes potências teria ficado definitivamente para trás como uma relíquia bárbara, ao passo que, na zona de sombra em que se debateriam as ressentidas sociedades históricas recalcitrantes, a guerra do povo miúdo recrutado por seus senhores de classe correria solta pelo velho trilho da história produtora de desastres.

O fosso entre esses dois mundos pode ser medido de saída na Primeira Guerra do Golfo de 1991, pela incomensurabilidade do choque beirando o massacre entre uma nação armada nos tempos idos da periferia quente da Guerra Fria e uma máquina high-tech de profissionais executando um serviço de limpeza de terreno.

Daí a surpresa, decididamente fora de época e ainda por cima mais devedora do que gostaria dos esquemas de Fukuyama, surpresa surpreendente, por assim dizer, de um espírito forte como Adam Tooze, que ainda nas primeiras semanas da guerra da Ucrânia se perguntava: mas como assim, uma guerra saída do museu da competição entre grandes potências? Enfim, estava quase comprando pelo seu valor de face uma das conclusões arrevesadas de Fukuyama, segundo a qual não se poderia excluir a hipótese extrema de que algum homem forte, e fortemente armado, decidir abrir à força as portas da história, cismar de reintroduzir significado e propósito numa luta existencial por status perdido a recuperar. Um figurino sob medida para esse amontoado de clichês chamado Vladimir Putin.

Nada disso viria ao caso – pelo menos por agora, pois em nossa agoniada década brasileira de expectativas reviradas pelo avesso temos um encontro marcado com a Ucrânia – se Adam Tooze não tivesse reconstituído (Chartbook #109) a circunstância de uma troca intelectual naquelas primeiras semanas de guerra, que afinal lhe forneceu régua e compasso para compreender que todo “fim da história” – pois são muitos os tais “fins” desde que Hegel inventou o primeiro e mostrou a chave dos demais que porventura se apresentassem – cedo ou tarde termina e que toda invenção política consiste em saber reconhecer os primeiros sinais de que tal fim da história chegou ao fim. Não será demais prolongar o parêntese lembrando que no Prefácio à edição brasileira do seu recente Grande recuo, Paolo Gerbaudo, por sua vez, em meio à névoa da guerra e da emergência geral – da mudança

climática ao buraco negro ucraniano –, considera que as múltiplas crises superpostas que estamos vivendo demonstram que “a máquina da história voltou a funcionar”, fechando um período monocórdio de realismo capitalista e presentismo.

Voltando. Pois então, o nosso Adam Tooze conta que abriu os olhos enquanto choviam mísseis e tanques se enfileiravam pelas estradas do inverno ucraniano, ao ler um pequeno livro que não peca pela falta de originalidade – seus autores corrigem até a vulgata hegeliana, como sugerido linhas atrás, pois cedo ou tarde um pé na porta dispara um restart – *The End of The End of History* (Hochuli, Hoare e Cunliffe). Os três autores são os primeiros a reconhecer que o título os precedeu exatos vinte anos, felizmente com o sinal trocado, num artigo homônimo de Fareed Zakaria poucas semanas depois do 11 de Setembro, celebrando o Fim do Fim da História como o renascimento superlativo de um novo Estado de Segurança Nacional e sua correspondente projeção de poder militar num planeta mais uma vez confirmado em sua condição de entorno estratégico norte-americano. Passemos.

Poucos anos depois, enquanto os Estados Unidos enterravam um trilhão no Iraque, um ideólogo do Novo Século Americano, Robert Kagan, dava outra volta no mesmo parafuso na certeza de que basta uma guerra de escolha sem limites para reabrir as míticas portas da História (*The Return of History*, 2008). Aqui o ground zero estaria se deslocando do Grande Oriente Médio para os Bálcãs (Kosovo) e daí para o Leste Europeu. Passemos também, embora estejamos no caminho de Moscou, como outrora Napoleão. (Quem seriam os “dezembristas” do futuro?).

Mas passemos antes de tudo às razões desse livrinho esperto se encontrar nos bastidores da frase hiperbólica pela qual começamos. Ressonâncias brasileiras, e sem forçar muito a mão. E se, na esteira do ano em que o mundo começou a sonhar perigosamente (Žižek), quebrando a pasmeira da calma presentista dos dias, o nosso Junho anunciasse por sua vez algo como o nosso Fim do Fim?

Mas não um recomeço qualquer. Para os autores, é evidente que o lapso temporal recoberto pela expressão “fim da história” se encerrou, anunciado em 2016 (Brexit + Trump) e confirmado em 2020 (covid-19), mas tampouco é evidente que tenha havido um restart à altura do nome (dado por Fukuyama, é claro) em meio a toda essa desintegração e deriva que se sabe, e suas respectivas respostas emergenciais na forma de incontáveis medidas de exceção. À primeira vista, caos sistêmico não tem cara de recomeço, nada que lembre uma disputa pelo futuro como se viu no entreguerras do século passado, travada à beira do abismo entre comunismo, nazifascismo e capitalismo de mercado, recém-falido na Grande Depressão, justo o contrário da “longa e escura noite do fim da história” (Mark Fisher) em que mergulhamos no fim da Primeira Guerra Fria. Seja como for, concluem os autores, depois de mapearem as marchas e contramarchas do perene tumulto político inintegráveis na Era Pacífica prometida por mais um adeus às armas, de uns anos para cá está claro que o Fim da História chegou ao fim sem que no entanto a História tenha recomeçado a sua escalada. Pouco importa, já vimos esse filme antes, não é o primeiro fim do Fim da História, assim dizem eles.

Tudo muito bizarro e extravagante? É ler para crer. Ler o capítulo-guia de nossos três autores, “Learning to Love The End of History”, de Todd McGowan, *Emancipation After Hegel* (2019). Não, não é o Dr. Strangelove aprendendo a amar a bomba, mas uma visão original e desbravadora da mais disputada das encruzilhadas especulativas hegelianas, nosso cavalo de batalha de agora, o Fim da História. Para Hegel, ele existe sim, mas é muito diferente de todos os clichês de senso comum a seu respeito. Trata-se de um limiar ultrapassado pelo encontro com a liberdade, definida como uma força demolidora da base mística de toda autoridade – como diria Pascal –, limiar assinalado pela confluência de três revoluções, Americana, Francesa e Haitiana, irreversível uma vez ultrapassado pois nenhuma nova ordem social baseada na liberdade se deixa ossificar.

Daí a reviravolta na conceituação proposta: o Fim da História finalmente alcançado com as três revoluções também conhecerá o seu fim, relançando o próximo fim do fim, todos os fins da história terminam, e no caso por um renovado Big Bang político, que não por acaso os neoconservadores supracitados identificaram no reinício das guerras no tabuleiro das grandes potências, que assim reinventam a Autoridade que a liberdade hegeliana voltará a demolir pela cunha da contradição. Tudo para lembrar o que está em jogo na ideia insistente de que, vez por outra, a história teria sido por assim dizer transcendida por um pós qualquer. Por último somos lembrados de que as visões de Hegel, ao contrário do seu decalque por Fukuyama, foram inspiradas por derrotas, não por uma vitória.

E dando um salto à frente, McGowan arremata essa revisão surpreendente, alinhando Jihad e as ondas populistas de extrema-direita do nosso tempo no rol das reações neuróticas ao Fim da História, nos termos em que Hegel a concebeu, claro, como o fim da história fetichista da Autoridade.

Deu-se então o curto-circuito que nos interessa. Sabe-se lá por qual concurso de circunstâncias, aconteceu de um dos três autores do cenário do duplo fim da história, Alex Hochuli, provar ser também um competente brasilianista, felizmente ocasional, cobrindo com regularidade e conhecimento de causa as peripécias brasileiras na sequência clássica da chamada agitação “antipolítica”, na verdade, o renascimento plebeu da política, por onde começa, na visão dos autores, a passagem para o fim do fim onde presentemente vivemos. Nesses termos, nosso Junho entra em cena no quarto capítulo do livro, em que é descrito o desmoronamento político do mundo congelado dos vencedores de 1989. Como pano de fundo, a Pax lulista e as suas Great Expectations não cumpridas. Pode-se duvidar, inclusive suspeitar, de mais esta variante de um clichê clássico sobre revoltas populares – depois do pão, espera-se a manteiga. O que importa é o fato de terem identificado uma crise inaugural sem data para terminar, uma fieira de crises encadeadas no rumo de um desenlace berlusconiano, mas não só, haveria mais, para além da mera bufonia do “último homem” (Fukuyama, mas também Nietzsche requentado). A cadeia alimentar do niilismo (versão Wendy Brown) culminaria em Bolsonaro.

A bifurcação que nos interessa entretanto é outra. Em suas cogitações de brasilianista político, Alex Hochuli finalmente se deparou com um fenômeno identificado ainda na primeira metade dos anos 1990 (a data importa, e muito, afinal o Fim da História acabara de entrar em cartaz), batizado por intelectuais do núcleo orgânico, de “brasilianização do mundo”, e sobre a qual publicou um artigo na *American Affairs* de maio de 2021.

Vale um breve resumo dessa reversão de expectativas, pois afinal é disso que se trata, para situar melhor a mudança de foco operada pela percepção bizarra de que a “história” poderia estar de volta, e nós no meio da fábula. Não saberia dizer ao certo quem primeiro recorreu àquele termo de comparação e índice seguro de rebaixamento. Como tomarei como referência maior os presumidos trinta anos gloriosos de consolidação do capitalismo do Norte do Atlântico vitorioso na Segunda Guerra, não surpreende, salvo pela precoce consciência crítica, que a certidão de nascença da expressão possa ser atribuída sem erro a um francês, aliás e por isso mesmo, bom conhecedor das “dualizações” que fraturavam sociedades ditas então avançadas, França, Estados Unidos e Inglaterra, retorno violento de algo recalcado particularmente visível nos bairros sensíveis das metrópoles, um despertar traumatizante para as sociedades que descobriram, à contracorrente do renascimento civilizador profetizado por Norbert Elias, que não eram nem coesas nem igualitárias, e muito menos pacíficas, dilaceradas por violências vindas de baixo e novas pressões repressivas pelo alto, encarceramento de massa em seus primórdios, por exemplo.

Estou me referindo ao antropólogo Loïc Wacquant, um dos primeiros a se dar conta de que essa onda punitiva, desencadeada por sociedades nas quais o capitalismo parecia enfim ter dado certo, não mirava enclaves infrapolíticos, nem sobras coloniais do falecido Terceiro Mundo, tampouco expressões irracionais e atávicas de incivilidade da crescente ingovernabilidade dos públicos-alvo turbulentos, que então teimavam na demanda por emprego decente, escolas idem, moradia, acesso a serviços públicos e sobretudo polícia com menos truculência e esculacho, enfim, menos submarinos nucleares e mais saúde etc. Familiar, não? Como esta frase registrada pelo Guardian em 1992: “Se brigar com os tiras é a única forma de ser ouvido, então vamos brigar com eles”. Baderna pura. Tudo isso dito, e muito mais, Wacquant concluía sua conferência na Anpocs de 1993. Isso mesmo, em Caxambu: descontadas as evidentes decalagens históricas, indubitavelmente as metrópoles europeias e norte-americanas se brasilianizavam. Sem muito exagero e mal-comparando, um enorme e recorrente Junho sacudira uma grande miragem que chegava ao fim.

Mas como o grande condomínio da Bomba – ela mesma, cuja explosão já anunciara o princípio do fim do futuro, bem como o início de uma época histórica para acabar com todas as épocas, dito só para lembrar com quantos significados se fazem um Fim da História, e isso desde Hegel – veio abaixo primeiro no sucateado mundo soviético, o estrondo daquela catástrofe geopolítica encobriu o crac-crac da fratura exposta que convertia o lado vencedor numa não sociedade sem alternativa. Não creio estar forçando demais a mão, se observar que os trinta anos de capitalismo organizado, e organizado pelo Estado para impedir o segundo strike da Grande Depressão, foram o nosso primeiro Fim da História, sem tirar nem por, induzido inclusive por uma inconclusiva saída de guerra, aliás em dois tempos, pois começara em 1914.

E aqui vamos nós: o que mais poderiam anunciar as rachaduras turbulentas da “brasilianização” – menos queda do que uma convergência no desmoronamento – do que um outro primeiro Fim do Fim da História? Pois uma geração depois, mais ou menos trinta anos, se quisermos, foi mais uma vez com esse mesmíssimo desfecho com o qual se defrontou o nosso Alex e prontamente o reconheceu na “brasilianização” em curso. A ser assim, daria até para dizer que desde 1945, e sempre na saída de um grande conflito mundial, pelo menos e com certeza, duas ondas se formaram nas quais se depositaram as Great Expectations do tempo.

Para se ter uma ideia da dimensão das expectativas superpostas, basta lembrar que elas abrigaram, em decorrência da guerra, o longo e crucial processo de Descolonização, para mais adiante fazerem uma não menos momentosa experiência de reversão, como acabamos de assinalar no caso das três décadas gloriosas, como a nomeiam os franceses. (Não posso evidentemente puxar o fio material desse desfazimento, a começar pelas promessas de uma sociedade salarial que nunca se completa, seja dito para lembrar que esses grandes encaminhamentos das expectativas humanas, para dar o verdadeiro nome da Política, não são feitos apenas com a matéria de que são feitos os sonhos, embora também o sejam).

Na saída seguinte, a da Primeira Guerra Fria, a bolha das Great Expectations cresceu até o limite da última utopia (Samuel Moyn), a dos direitos humanos e seus derivados, para esvaziar aos primeiros sinais de uma (segunda?) “brasilianização”, por sua vez sinal mais ruidoso de uma miríade de decomposições, bem elencadas por Alex em seu ensaio.

No mundo europeu esse passo adiante foi encarado como uma “Grande Regressão” (sic). Tal o choque com a ascensão (sempre resistível ou irresistível...) da extrema-direita. Como lembrado, essa a data do mais recente Fim do Fim, sem recomeço à vista do que quer que seja que possamos chamar história com maiúscula: apenas protestos, revoltas, levantes e o que mais venha de sedicioso à esquerda ou à direita extrema, como Alex Hochuli encerra seu mapa da “brasilianização” do mundo, ao qual faltaria acrescentar as derradeiras contribuições do bolsonarismo, ou melhor, tendências de base às quais deu expressão plena, o novo sistema jagunço (Gabriel Feltran) e o capitalismo de capataz (Rodrigo Nunes), admitindo que sem Junho não haveria o grande despertar do cidadão de bem, primeiro “coxinha”, finalmente “patriota armado”.

Sendo a Periferia o lugar em que o futuro se revela, chegamos todos juntos ao Fim do Fim da História, passamos a pulsar na mesma temporalidade, cuja mola propulsora voltou a acelerar no vazio de um “regime de historicidade” que alguns estão chamando de apocalíptico (Lazzarato), querendo dizer com isso, entre tantas outras coisas que se perdem na noite dos tempos, vontade de apertar o gatilho. Respeitada a natureza das metáforas, Junho foi esse gatilho, e continuou sendo durante dez anos. Dito isso, ainda não sabemos, e só nos resta imaginar, como nossos autores reagiriam à pergunta literalmente desaparafusada da qual partimos: a História voltou mesmo ao Brasil depois de Junho?

*

Na explosão da primeira hora, o primeiro a cair por terra foi justamente a maiúscula da história.

A mesma à qual Fukuyama erigira um monumento equestre – lembrai-vos de Napoleão em lena sob a janela do filósofo. Só que se tratava, como lembrado, porém à contracorrente do hegelianismo prêt-à-porter, de uma profanação da base mística da autoridade. E foi justamente o que ocorreu. Como proclamaram militantes em meio à névoa da guerra que recomeçava, Junho quebrou o feitiço: “a história que parecia estar de férias, voltou – e passou a sacudir tudo”.

Mas quem, ou o quê, exatamente, voltou de férias? E teria voltado para seu antigo ninho condoreiro às alturas? Se a História ainda fosse uma criança, a história seria outra. Me explico, com a mão de gato de Adorno, na tradução de Gabriel Cohn:

“À criança que volta das férias a casa parece nova, fresca, festiva. Nada se alterou nela, contudo, desde quando ela a deixou. Só que havia sido esquecido o dever que cada móvel, cada janela, cada lâmpada normalmente invoca, reconstituindo assim a sua paz sabática, e por minutos está-se em casa na sequência de quartos, câmaras e corredor, tal como no resto da vida só a mentira afirma. Não será outra, algum dia, a aparência do mundo, quase intacto na luz firme do seu feriado, quando não mais estiver sob o imperativo do trabalho e no retorno ao lar o dever for tão leve como o jogo nas férias.”

Deve ter sido um desses *Dimanche de la Vie* que Raymond Queneau vislumbrou ao preparar a edição das aulas do Kojève sobre a Fenomenologia. Como na hora agá minúsculo de Junho também deve ter sido esse o sentimento do mundo prevalecente, que sem erro os hierarcas da esquerda oficial logo farejaram, o tiro curto e sem futuro dos desvios infantis de sempre. Não parece nada casual, pelo contrário, quase uma questão de método, que o “sinal da virada” também compareça em Bloch metaforizado por uma recordação infantil, a memória de crianças saltando quando, rasgando a sala silenciosa e oca, a campainha da casa soava: e se aquilo que obscuramente se tem em mente, aquilo que procuramos e que, por sua vez, nos procura, tiver chegado? O som dessa campainha permanece em cada ouvido, um chamado vindo de fora no qual ressoa “um novo tempo”.

A força das coisas entretanto logo ensinou que a expectativa por si só não traz consigo esse tempo novo. Ou por outra, esse novo tempo brasileiro se apresentou sim e já dura uma década, dez anos de uma conjuntura demoníaca pedindo identificação. Mas esta, literalmente, já é uma outra história. (Continua, claro).



POR UMA ALAMEDA PARA ALÉM DA CATÁSTROFE

Trecho do discurso de abertura no lançamento do Alameda no Brasil, no dia 1 de julho, de 2023, por Juliano Fiori, Diretor do Alameda.

‘Sigam ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, se abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor’.

Salvador Allende

Essas foram algumas das últimas palavras de Salvador Allende, o presidente chileno, que morreu durante o golpe de Estado, em setembro de 1973. Apesar das circunstâncias do discurso, as alamedas seguiriam sendo um símbolo de esperança para muitos chilenos. Mas aquele momento, no início de uma década de crises estruturais, não foi de abertura, e sim de fechamento.

O golpe no Chile violentamente confirmou uma resolução histórica produzida pela própria globalização capitalista — isto é, a expansão do capitalismo aos seus limites externos. Já haviam aparecido sinais antes. O tropo do fim das utopias começou a ganhar expressão na arte e na literatura, no filme e na música, já na virada da década de 1960.

E, é claro, o golpe no Chile não foi o primeiro da sequência vivida pelos latino-americanos na segunda metade do século vinte.

Se a ditadura militar instalada no Brasil quase uma década antes foi uma reposta autoritária à exigência capitalista para extinguir o futuro em nome da acumulação no presente, também implicou a exclusão de muitas pessoas desse presente: os subversivos, os inconvenientes; os milhares de pessoas indígenas que seriam assassinadas; os trabalhadores, jornalistas, e artistas reprimidos; os desaparecidos, os torturados, os silenciados, e os exilados, para quem o evento da ditadura também representou uma *queda do céu*.

Como muitos compatriotas, alguns membros da minha família tiveram que sair do Brasil nos primeiros anos da ditadura. Perderam uma terra; perderam uma identidade. Deixando para trás o país do futuro, descobririam, no Chile, um caminho ao futuro que ainda parecia aberto. Mas quando as alamedas foram fechadas, meus parentes foram exilados de novo.

O choque neoliberal que ocorreu junto ao golpe no Chile faria parte da redemocratização no Brasil, sendo legitimado por ela. A liberalização rápida do comércio e das finanças aceleraria a circulação de capital especulativo, sobrevalorizando a moeda e reduzindo a competitividade dos produtos industriais exportáveis. Enquanto uma dívida pública externa foi acumulada em compensação, as expectativas de que a sociedade brasileira poderia atingir o emprego pleno, com direitos e bem-estar – ou seja, que poderia superar sua forma disforme – perderam sua base material.

À medida em que governos sucessivos privatizaram funções centrais do Estado, uma proporção crescente do território nacional foi sendo sujeito ao controle de organizações criminosas, em diferentes graus integradas em redes paraestatais, criando uma espécie de monopólio distribuído sobre o uso legítimo da violência. Se essa tendência resultou em estruturas de governança e economia paralelas, encontraria seu complemento necessário numa *relativa hegemonia política da esquerda* – isto é, o domínio político de partidos de esquerda num contexto em que a autoridade do capital fora incontestada.

O neoliberalismo contribuiu à recorrência mais frequente de crise, e a esquerda – ora por necessidade, ora por escolha – foi dando prioridade à manutenção da ordem e estabilidade; foi se dedicando à gestão de um capitalismo cada vez mais autofágico – em particular, a gestão de populações excedentes, arrancadas de suas estruturas tradicionais sem serem integradas na economia formal, que agora se tornariam ainda mais desestabilizadoras por sua inserção precária em novos mercados de trabalho.

E isso não apenas no Brasil. À medida que esse colapso da modernização, iniciado na periferia, atingia as economias avançadas da metrópole capitalista, com a informalização do trabalho e a estagnação dos salários reais, foi produzindo respostas políticas análogas – particularmente depois da crise financeira de 2007-2008. Os efeitos sociais da crise contribuíram a mobilizações em massa – inclusive no Brasil – que, em certo momento, pareciam revigorar a política, e até ressuscitar a história. Mas o fim do fim não necessariamente engendra um novo começo. E, embora novos ‘não-movimentos’ inicialmente tendessem à esquerda, foi uma nova direita que captaria a energia das ruas, promovendo uma agenda cultural reacionária e criando um ímpeto para o empoderamento político explícito do paraestado miliciano.

Depois de assumir o papel de gestor, a esquerda facilmente virou alvo de sentimentos *anti-establishment*.

E, ao contrário das expectativas dos progressistas, foram políticos de direita que intensificavam o conflito social que muitas vezes ganharam popularidade. Sua política de espoliação, que mina instituições sociais e estende as fronteiras da acumulação, se alinha a um novo senso comum, de acordo com o qual a própria sobrevivência depende de um empreendedorismo de si, numa economia de bicos.

Entretanto, à medida que destrói o trabalho vivo – a fonte do valor – essa política de espoliação exacerba antagonismos sociais existentes. Ameaçando as proteções e os protetores do meio ambiente, também encurta o caminho ao colapso ecológico. Acumulamos muito mais conhecimento das consequências da degradação ambiental nas últimas duas décadas. Com isso, desenvolveram um caráter mais ominoso os efeitos dela que proliferam no presente, na forma de inundações e secas, que matam e deslocam pessoas e animais, e na forma de surtos de doenças contagiosas.

É então a adesão extensa a essa nova política de espoliação – uma *corrida ao fim* – que marca a transição a um tempo de catástrofe, uma transição confirmada pela eclosão de uma guerra envolvendo grandes potências que levanta uma vez mais o espectro do holocausto nuclear. Este é um tempo em que a desintegração econômica-mundial, o colapso ecológico, e a guerra nuclear dominam a imaginação política coletiva, aparecendo como ameaças abstratas, porém intransponíveis, no horizonte.

Nesse contexto, a alusão às grandes alamedas do Allende poderia ser compreendida como anacrônica: evoca um imaginário modernista em tensão com o nosso mundo em desconstrução substantiva. Mas há algo desse imaginário que ainda é relevante a lutas por condições habitáveis, lutas pela sobrevivência. Se a catástrofe de fato representa um impasse definitivo, seu adiamento dependerá da construção de caminhos – alamedas – a uma sociedade melhor. Não é um exercício idealista de *reimaginar utopias*, senão envolve o trabalho de organização e estratégia.

E é a isso que queremos que Alameda contribua. Ao diagnóstico apocalíptico do fim das coisas, respondemos com uma pergunta. Não apenas a velha pergunta 'O que fazer?'. Senão: É possível desenvolver um conceito mais estratégico do fim? Depois de quarenta anos em que a esquerda tem se organizado em torno da ordem, quais as possibilidades de nos organizarmos em torno da própria crise em busca de um futuro?

Parece-me uma pergunta radicalmente urgente, que exige uma resposta que vá à raiz do problema. No entanto, não existem meios suficientes para uma produção intelectual que disso possa dar conta. A universidade, transformada pela lógica neoliberal, já não representa um espaço da crítica. Os think-tanks e as ONGs tendem a ser guiados pelos imperativos tecnocráticos de *policy*. O propósito do Alameda, então, é, sem descartar o rigor científico da academia, nem o compromisso com políticas públicas, desenvolver uma pesquisa coletiva engajada com organizações políticas. Temos a convicção de que é assim que poderemos melhor contribuir a respostas estratégicas aos *fins* evocados pelas catástrofes já em cena.



** Juliano Fiori é ensaísta com interesse particular na economia política da crise, na ideologia humanista e sua história, e na filosofia do tempo. Ele mora no Rio de Janeiro e é Diretor do Alameda.*

Para acessar o dossier digital e outras das nossas publicações,
visite o nosso site.

alameda.institute



PESQUISA ESTRATÉGICA

PARA TEMPOS CATASTRÓFICOS

